



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 167/2026- COMPRASGOV Nº 90167/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

| | |
|---|---|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO: | 0014.004769.00305/2025-15 |
| ÓRGÃO CONTRATANTE: | Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE |
| UASG: | 927996 |
| MODALIDADE: | PREGÃO |
| FORMA: | ELETRÔNICO |
| SRP: | <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO: | <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM |
| MODO DE DISPUTA: | <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO |
| VALOR DE CARÁTER SIGILOSO: | <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| VALOR ORÇADO: | <input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência |
| PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021) | <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO |
| INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA): | VALOR [R\$ 0,01] |
| INVERSÃO DE FASES: | <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO |

| | |
|--|--|
| PROVEDOR: | Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/ |
| DATA DA ABERTURA: | 21/05/2026 |
| HORÁRIO DE BRASÍLIA: | 09h15min |
| PERÍODO DE RETIRADA: | 06/05/2026 à DATA DE ABERTURA |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO: | http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br |
| PREGOEIRO(A): | Francisco Inácio |
| NOMEAÇÃO: | Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026. |
| Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário. | |

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Registro de preços** para a aquisição de Tablets Educacionais para atender as necessidades atuais e futuras da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC).

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:
- 4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**
- 4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**
- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os

itens 4.3.2 e 4.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no [art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de

apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou

de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - divulgação do resultado da habilitação;

IV - disputa entre os licitantes habilitados;

V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;

VI - divulgação do resultado do julgamento; e

VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:
- 11.3.1. **Habilitação Jurídica**
- a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 11.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 17 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no

caput:

- 13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e
- 13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.
- 13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.
- 13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.
- 13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:
 - 14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
 - 14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
 - 14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
 - 14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

- 15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
 - 15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
 - 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
 - a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
 - b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
 - 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Não será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no ITEM 17.8 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

- 27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
- 27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
- 27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.
- 27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Renato da Rocha Silva

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ROCHA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 05/05/2026, às 09:01, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020639910** e o código CRC **479238E2**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 145/2026/SEE - DETEI

Processo nº 0014.004769.00305/2025-15

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

- 1.1. Órgão Solicitante: Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE
- 1.2. Número da Unidade Orçamentária: 717.001 e 717.601
- 1.3. Programa de Trabalho: 1040.0000 e 1096.0000
- 1.4. Elemento de despesa: 44.90.52.00.00
- 1.5. Fontes de Recursos: 1.500.1001 e 1.540.0300
- 1.6. O presente Termo de Referência está formalmente vinculado aos seguintes documentos da fase preparatória da contratação, elaborados em atendimento ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 11.363/2023:
- 1.7. a) Documento de Formalização da Demanda – DFD SEI nº 0018376686;
- 1.8. b) Estudo Técnico Preliminar da Contratação SEI nº 0018376996;
- 1.9. c) Mapa de Risco da Contratação SEI nº 0019215598.

2. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 2.1. Modalidade: Pregão;
- 2.2. Forma: Eletrônico pelo Sistema de **Registro de Preço**;
- 2.3. Critério de Julgamento: **Menor preço por item**.
- 2.4. Modo de Disputa: **Aberto**
- 2.5. Orçamento: **Sigiloso**

3. DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO

- () Capacitação
- () Material de Apoio Pedagógico
- () Equipamento de TI
- () Consultoria/Auditoria/Assessoria
- () Despesa de Custeio
- () Bens de Consumo
- (X) Material Permanente

- 3.1. A classificação do objeto como Material Permanente decorre de sua natureza durável, vida útil superior a dois anos e incorporação ao patrimônio público, nos termos da legislação orçamentária e contábil vigente.

4. OBJETO

- 4.1. Formação de Registro de Preços visando à aquisição de Tablets Educacionais para atender as necessidades atuais e futuras da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC).

5. OBJETIVO

- 5.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Tablets Educacionais, destinados prioritariamente aos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino, como instrumento de apoio às práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar da Contratação e com as diretrizes da política educacional estadual.

- 5.2. A solução adotada visa ampliar o acesso equitativo às tecnologias digitais de aprendizagem, reduzir desigualdades educacionais decorrentes das limitações geográficas e estruturais do Estado do Acre e fortalecer as condições de permanência e êxito escolar dos estudantes do Ensino Médio.

- 5.3. Os equipamentos a serem adquiridos estão descritos na tabela abaixo, sendo os quantitativos **estimativos**, compatíveis com a sistemática do Sistema de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração:

| Solução | Descrição | Quantidade |
|---------|-----------|------------|
|---------|-----------|------------|

| Solução | Descrição | Quantidade |
|---------|--------------------|------------|
| 01 | Tablet Educacional | 30.000 |

5.4. A aquisição dos Tablets Educacionais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, foi definida após análise comparativa das alternativas disponíveis, incluindo laboratórios fixos de informática, notebooks e chromebooks, tendo-se concluído que os tablets apresentam melhor relação custo-benefício, maior adequação logística e maior aderência ao contexto pedagógico da Rede Estadual de Ensino do Acre.

5.5. Os benefícios esperados com a implementação desta tecnologia dividem-se nos seguintes eixos:

5.6. **Melhoria da Qualidade do Ensino e Engajamento Pedagógico**

5.6.1. Aprendizagem Ativa e Individualizada: Diferente de tecnologias coletivas, o tablet permite o protagonismo do aluno, facilitando a interação com conteúdos multimodais (simuladores, e-books e plataformas de gamificação) em alta resolução, estimulando a participação ativa e o ritmo próprio de aprendizagem.

5.6.2. Superação de Limitações Tecnológicas: A substituição de métodos tradicionais ou projeções estáticas por dispositivos de alta performance permite o uso de aplicativos educacionais modernos que exigem processamento e interação por toque, ferramentas essenciais para o currículo do Ensino Médio.

5.7. **Equidade Educacional no Contexto Amazônico**

5.7.1. Inclusão em Áreas Remotas e Indígenas: O principal benefício reside na capacidade de levar o conteúdo pedagógico de qualidade às 260 unidades escolares situadas em comunidades de difícil acesso. A tecnologia atua como um braço extensor da SEE/AC, mitigando a escassez de professores especialistas através do acesso a aulas gravadas e materiais offline.

5.7.2. Continuidade Curricular (Conectividade): Com a integração de chips 4G, garante-se que o aluno mantenha o fluxo de estudos mesmo fora do ambiente escolar, democratizando o acesso à informação em áreas onde o sinal de Wi-Fi é inexistente ou instável.

5.7.3. A eficácia da solução é assegurada pela infraestrutura de conectividade já existente na SEE/AC, por meio do Contrato nº 290/2022 (Claro S/A), que garantirá o provimento de chips 4G para integração imediata dos novos terminais ao ecossistema digital do Estado.

5.8. **Otimização Docente e Eficiência Administrativa**

5.8.1. Gestão de Conteúdo e Produtividade: A plataforma de gerenciamento centralizado (MDM) permite que a SEE/AC atualize materiais didáticos e diretrizes pedagógicas de forma instantânea em todos os 30.000 terminais, otimizando o tempo do docente e eliminando custos logísticos de distribuição de materiais físicos.

5.8.2. Sustentabilidade e Economia: A digitalização de livros e apostilas gera uma redução progressiva nos custos de impressão e logística fluvial de papel, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a preservação de recursos públicos.

5.9. **Desenvolvimento de Competências para o Século XXI**

5.9.1. Preparação para o Mercado e Ensino Superior: Ao dominar ferramentas digitais, o jovem acreano encerra o Ensino Médio com as competências tecnológicas exigidas pelo mercado de trabalho contemporâneo e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que caminha para formatos digitais.

5.10. Em síntese, a aquisição de Tablets Educacionais é uma medida eficaz para transformar os ambientes educacionais, proporcionando uma experiência de aprendizado mais rica e engajadora e garantindo o pleno atendimento dos objetivos e metas institucionais da SEE/AC.

6. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A presente contratação decorre da necessidade identificada no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, que evidenciou limitações estruturais e logísticas que impactam o acesso equitativo às práticas pedagógicas mediadas por tecnologia na Rede Estadual de Ensino do Acre, especialmente no Ensino Médio.

6.2. A adoção de dispositivos portáteis de uso individual constitui medida essencial para viabilizar o acesso contínuo a conteúdos digitais educacionais, independentemente das restrições geográficas, contribuindo para a modernização do processo de ensino-aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais.

6.3. A inexistência ou insuficiência de dispositivos digitais de uso individual compromete a adoção de metodologias pedagógicas contemporâneas, limita o acesso a plataformas educacionais, conteúdos digitais, avaliações on-line e atividades síncronas e assíncronas, além de ampliar a defasagem de aprendizagem entre escolas urbanas e escolas do campo e indígenas. No Ensino Médio, tais limitações tendem a ser refletidas de forma mais sensível nos indicadores de reprovação, evasão e abandono escolar, etapa em que se intensifica a preparação acadêmica e profissional dos estudantes.

0.1. Nesse cenário, verifica-se a necessidade de disponibilizar aos estudantes equipamentos tecnológicos portáteis que possibilitem o acesso contínuo a ambientes digitais de aprendizagem, independentemente das restrições geográficas e logísticas inerentes ao território acreano. A portabilidade dos dispositivos reduz a dependência de laboratórios de informática, favorece a distribuição e permite maior flexibilidade na organização pedagógica, inclusive para ações de mediação tecnológica entre polos educacionais distintos.

0.2. A necessidade ora descrita encontra respaldo nos instrumentos de planejamento governamental, em especial no Plano Plurianual (PPA 2024–2027) do Estado do Acre, no qual a contratação contribui diretamente para o cumprimento da Entrega 16 – “Ofertar equipamentos tecnológicos para os estudantes do Ensino Médio”. A iniciativa também se insere como etapa de

continuidade e ampliação das ações já implementadas no âmbito do programa Educação Conectada Acre, voltadas à modernização do processo de ensino-aprendizagem e à ampliação da inclusão digital na rede estadual.

0.3. Adicionalmente, considerando a escala da rede e o caráter público dos recursos empregados, evidencia-se a necessidade de que os equipamentos sejam utilizados em ambiente tecnológico controlado e seguro, de forma a assegurar sua destinação exclusivamente pedagógica. Para tanto, faz-se necessária a adoção de solução de gerenciamento centralizado de dispositivos (MDM), destinada à aplicação de políticas de segurança da informação, controle de conteúdos, atualização remota de aplicativos e monitoramento operacional, com tratamento de dados pessoais limitado à finalidade educacional e à execução de política pública, nos termos dos arts. 7º, inciso III, e 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

0.4. A necessidade descrita neste Termo de Referência decorre diretamente do Estudo Técnico Preliminar da Contratação SEI nº 0018376996, aprovado no âmbito deste processo, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021

0.5. Assim, a contratação proposta visa atender a uma necessidade contínua da política educacional estadual, orientada à redução das desigualdades educacionais, à ampliação do acesso às tecnologias digitais de aprendizagem e ao fortalecimento das condições de permanência e êxito escolar dos estudantes do Ensino Médio, em consonância com o interesse público e com o dever constitucional do Estado de garantir educação de qualidade em todo o seu território.

7. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP (DECRETO N.º 11.363/2023, ART 303)

7.1. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) nesta licitação fundamenta-se em sua capacidade de atender aos princípios da eficiência e economicidade, proporcionando diversas vantagens à Administração Pública. Entre os principais benefícios, destacam-se:

7.1.1. Simplificação dos procedimentos administrativos para aquisição de equipamentos;

7.1.2. Redução da quantidade de licitações, otimizando recursos e tempo;

7.1.3. Economia de escala, pela consolidação das demandas em um único processo;

7.1.4. Padronização dos equipamentos a serem adquiridos, visando a facilitar o processo de manutenção, reposição de peças e conhecimento técnico na configuração e parametrização dos equipamentos;

7.1.5. Racionalização dos gastos públicos, ao permitir o registro de preços pelo prazo inicial de 1 (um) ano, prorrogável uma única vez por igual período, desde que comprovada a manutenção das condições mais vantajosas, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023

7.1.6. Agilidade na execução do objeto licitado, eliminando entraves burocráticos.

7.2. Dessa forma, o SRP se apresenta como um instrumento estratégico para garantir contratações mais ágeis, econômicas e alinhadas às necessidades da Administração.

7.3. Assim, buscamos enquadramento no Decreto Estadual n.º 11.363/2023, artigo 303º, nos seus incisos:

7.3.1. I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

7.3.2. II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

7.3.3. IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública; ou

7.3.4. V - quando, por conveniência da Administração Pública ou características do objeto, houver necessidade de uniformização dos processos de contratação.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Com base em um levantamento nas unidades escolares da SEE, identificou-se a necessidade de aquisição de tablets educacionais para atender a totalidade do Ensino Médio. O objetivo é garantir o acesso tecnológico tanto aos veteranos quanto aos novos alunos oriundos do Ensino Fundamental, uma vez que as etapas anteriores de distribuição ainda não supriram a demanda total;

8.2. A licitação tem como objetivo registrar os valores de todos os equipamentos necessários, possibilitando que, ao longo de até 12 meses, as contratações sejam realizadas conforme a disponibilidade financeira e as necessidades específicas de cada momento.

8.3. Justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), pois a demanda está baseada em estimativas, que podem variar ao longo do ano, seja por alterações na necessidade ou por fatores imprevistos que possam aumentar ou reduzir as quantidades. Assim, o SRP permite maior flexibilidade, atendendo à demanda de forma eficiente.

8.4. A vedação ao parcelamento do objeto justifica-se nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a necessidade de garantir economia de escala, padronização tecnológica e eficiência logística na aquisição de até 30.000 tablets educacionais de características idênticas. A contratação global possibilita melhores condições de preço unitário, simplificação operacional e redução de riscos logísticos e contratuais.

8.5. Ademais, o parcelamento do objeto poderia comprometer a uniformidade dos itens fornecidos, o que prejudicaria a padronização necessária para o atendimento às demandas do serviço. A contratação única assegura que todos os itens adquiridos atendam ao mesmo padrão de qualidade, especificações técnicas e prazos de entrega, otimizando os processos administrativos e operacionais.

8.6. Assim, o objeto será licitado via SRP, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

8.7. Conforme os princípios da eficiência e da padronização, a Administração optou pela contratação por item único, sem divisão em lotes, para a solução integrada de hardware e software, pelas razões expostas neste Termo de Referência.

8.8. Ganho de Economia de Escala dada a volumetria de 30.000 unidades, a concentração da demanda em um único lote atrai grandes fabricantes e distribuidores, permitindo que o Estado do Acre obtenha preços significativamente menores do que em compras fracionadas. A centralização do pedido maximiza o poder de negociação da Secretaria de Estado de Educação (SEE/AC).

8.9. Padronização Tecnológica e de Gestão (MDM) a solução exige a integração de todos os dispositivos a um único sistema de gerenciamento (MDM). O parcelamento do objeto entre diferentes fornecedores ou marcas poderia resultar na entrega de equipamentos com arquiteturas distintas, dificultando a gestão centralizada, a atualização de softwares pedagógicos e a manutenção técnica, gerando custos operacionais ineficientes para a administração.

8.10. Eficiência Logística e de Fiscalização como a entrega será centralizada na sede da SEE em Rio Branco, a gestão de um contrato único facilita o controle de qualidade, o tombamento patrimonial em massa e a fiscalização do cronograma de entrega. O fracionamento entre diversos fornecedores elevaria o risco de atrasos e incompatibilidade de prazos, prejudicando o cronograma da Entrega 16 do PPA 2024-2027.

8.11. Ampla Disponibilidade de Mercado embora o objeto não seja parcelado, a ampla disponibilidade de mercado (conforme demonstrado no Levantamento de Mercado deste ETP) garante que diversas empresas e marcas (Samsung, Positivo, Multilaser, entre outras) possam competir pelo lote integral. Assim, a não divisão não fere a competitividade, mas preserva a integridade técnica da solução escolhida.

9. JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO SIGILOSO

9.1. Em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o orçamento estimado para a contratação possui caráter sigiloso. Isso visa evitar que as propostas ou lances sejam influenciados pelo orçamento previamente estipulado pela Administração, garantindo, assim, maior competitividade no processo licitatório.

9.2. Esse sigilo, no entanto, não impede a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das informações necessárias à elaboração das propostas, de forma a mitigar a assimetria de informações entre o setor privado e a Administração Pública. O objetivo é que as empresas licitantes apresentem suas propostas com base em suas próprias estimativas de custos, em vez de utilizarem o orçamento da Administração como referência.

9.3. Dessa forma, a medida visa incentivar que as empresas participantes possuam setores de orçamentação e custos capazes de formular seus preços de mercado, adequando-os à realidade da contratação. A expectativa é que essa prática resulte na apresentação de propostas mais realistas e economicamente vantajosas para a Administração.

9.4. É importante ressaltar que o valor máximo proposto pela Administração para a execução total do objeto, assim como os valores unitários, permanecerá em sigilo até o encerramento da fase de lances. Somente após essa etapa, o orçamento será tornado público, conforme disposto no artigo 24 da Lei nº 14.133/2021. Tal medida tem como objetivo garantir que a Administração obtenha a melhor proposta possível, sem prejuízo da divulgação prévia das informações necessárias à formulação das propostas.

10. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (0011698711), sob a linha 945 – Tablet, estando alinhada ao planejamento estratégico institucional e ao Plano Plurianual (PPA 2024–2027), especificamente à Entrega 16 – Ofertar equipamentos tecnológicos para os estudantes do Ensino Médio.

10.2. A efetiva execução financeira da contratação estará condicionada à existência de dotação orçamentária específica e suficiente no exercício correspondente, nos termos da legislação vigente.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

11.1. Os valores unitários e o valor global estimado encontram-se no Anexo 0020122666, constando neste processo, devidamente aprovado pela autoridade competente na **JUSTIFICATIVA Nº 30/2026/SEE - DICL - 0020122720**.

| Item | Descrição do Item (Objeto) | Tipo | Consumo imediato | Quantidade p/ Registro | Unidade de Medida | Valor (R\$) | |
|--------|----------------------------|----------------|------------------|------------------------|-------------------|-------------|-------|
| | | | | | | Unitário | Total |
| 01 | Tablet Educacional | Bem Permanente | 10.000 | 30.000 | Unid. | | |
| Global | | | | | | | |

12. DOS PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O licitante vencedor será regularmente convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme as condições estabelecidas no edital de licitação. O não cumprimento desse prazo acarretará a perda do direito de registrar seus preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção de condições mais vantajosas.

12.3. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do item anterior, poderá ensejar a renovação dos quantitativos registrados, mediante justificativa da autoridade competente e comprovação da manutenção da vantagem econômica, observados os limites do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.1. A renovação dos quantitativos registrados, prevista no item 12.3, fica condicionada cumulativamente a:

12.3.1.1. I - Previsão no Plano de Contratações Anual do exercício da prorrogação;

12.3.1.2. II - Nova pesquisa de mercado comprovando vantajosidade;

12.3.1.3. III - Anuência expressa do fornecedor detentor da ata;

12.3.1.4. IV - Formalização por termo aditivo durante vigência inicial da ata;

12.3.1.5. V - Justificativa técnica da autoridade competente.

12.3.1.6. §1º A renovação será limitada ao quantitativo original registrado.

12.3.1.7. §2º A não renovação não gera direito a indenização ao fornecedor.

12.4. Por se tratar de um pregão de Registro de Preços a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEE) não estará obrigada a contratar os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os serviços de acordo com a sua necessidade;

13. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEE/AC, inscrita no CNPJ nº 04.033.254/0001-67, sendo responsável pela gestão, controle e acompanhamento da Ata, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Estadual nº 11.363/2023.

13.2. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços, de forma excepcional, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e Municipal, direta ou indireta, que não tenham participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e autorização do órgão gerenciador, conforme o disposto no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021, e desde que atendidas as seguintes condições, de forma cumulativa:

13.2.1. Comprovação de vantajosidade: A adesão deverá ser comprovada por meio de pesquisa formal de mercado, que deverá ser anexada ao respectivo processo administrativo do órgão ou entidade interessada;

13.2.2. A Ata de Registro de Preços deve estar vigente;

13.2.3. Fornecedor registrado e disponibilidade de quantitativos: A adesão só será possível se houver fornecedor registrado e disponibilidade dos itens, com a anuência expressa do fornecedor detentor da Ata, quanto ao atendimento da demanda adicional;

13.3. O órgão ou entidade não participante que desejar utilizar a Ata deverá manifestar formalmente seu interesse junto ao órgão gerenciador, que indicará os fornecedores possíveis e preços praticados, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação do certame.

13.4. As aquisições ou contratações adicionais, conforme o § 2º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 336, inciso I do Decreto nº 11.363/2023, não poderão exceder 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos de cada item do instrumento convocatório registrado na Ata, para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

13.5. O somatório das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem, conforme os limites estabelecidos pela legislação vigente.

14. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

14.1. Conduzir integralmente o Sistema de Registro de Preços, desde a fase preparatória da licitação (estudos e minutas), passando pela realização do certame, até a gestão e fiscalização da Ata e seus preços durante toda a sua vigência;

14.2. Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa cumprir com suas obrigações, dentro das normas e condições firmadas na Ata de Registro de Preços;

14.3. Prestar, por meio do Fiscal, as informações e os esclarecimentos pertinentes à entrega dos serviços/subscrições, que porventura venham a ser solicitados pelo Fornecedor;

14.4. Informar ao Fornecedor sobre atos que possam interferir direta ou indiretamente na entrega do serviço/subscrições;

14.5. Garantir que a soma das quantidades contratadas (por ele, participantes e não participantes) não exceda o limite estabelecido;

14.6. Comunicar o cancelamento das ARPs ao fornecedor e aos órgãos participantes e não participantes.

15. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Considera-se detentor(a) da Ata de Registro de Preços (ARP) o fornecedor ou empresa selecionada para fornecer bens, materiais ou serviços, de acordo com os preços, prazos e demais condições estabelecidas na respectiva Ata, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O detentor(a) da ARP está vinculado(a) ao órgão gerenciador e aos órgãos/entidades participantes da licitação;

15.3. O detentor(a) da ARP não está obrigado(a) a atender solicitações provenientes de órgãos não participantes (os chamados “órgãos não participantes” ou “caronas”).

15.4. O licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decadência do direito.

15.5. O detentor(a) da ARP deve aceitar reduzir seu preço caso o preço registrado se torne superior ao praticado no mercado. Caso não aceite, será liberado do compromisso (mas perde o registro).

15.6. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite o cumprimento do compromisso.

15.7. O registro da detentora será cancelado se ela descumprir as condições da ARP sem justificativa, não retirar a nota de empenho, ou não aceitar reduzir seu preço (conforme o Art. 329 do Decreto Estadual N.º 11.363/23).

16. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

16.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

16.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

16.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

16.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

16.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

16.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigida, para fins de habilitação, a prestação de garantia adicional de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, cumulativamente com a garantia contratual prevista no item 27;

16.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

16.7. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 5% do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

16.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. A Licitante deve apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação. O atestado pode ser emitido em nome da matriz ou da filial.

17.2. A cópia autenticada do contrato ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado, poderá ser exigida em diligência da proposta melhor classificada.

17.3. Para o equipamento Tablet Educacional, será aceito o atestado ou o somatório de atestados que comprovem o fornecimento de, no mínimo, 9.000 equipamentos, equivalente a 30% do total a ser licitado.

17.4. A exigência de comprovação de aptidão para a aquisição de bens, nos termos do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, visa assegurar que a empresa contratada detenha a experiência e a capacidade operacional necessárias para executar o objeto desta licitação com a qualidade, o volume e a logística requeridos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC).

17.5. O percentual de 30% é considerado o patamar razoável e prudente para atestar a capacidade da licitante.

17.6. A fixação deste percentual de 30% equilibra a necessidade de assegurar a qualificação técnica com o dever de promover a ampla competitividade do certame, sendo um limite devidamente motivado e restrito ao estritamente essencial para a garantia da execução contratual.

18. IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

18.1. Estará impedida de participar deste processo licitatório a pessoa que:

a) Esteja com o direito de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação. **Exceto as empresas que estejam com plano de recuperação homologado ou decisão judicial;**

b) Esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Estadual;

c) Tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

d) Tenha agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da

empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

e) Não contenha no seu **CONTRATO** ou estatuto social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste **PREGÃO**;

f) Seja empresa ou instituição vinculada ao Estado do Acre;

18.2. Que esteja reunida em consórcio sob qualquer forma ou constituição:

a) Constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União – CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis;

b) Que se constitua na forma de Cooperativa de prestação de serviços, considerando a necessidade de vinculação trabalhista nas atividades a serem prestadas, consoante PARECER JURÍDICO PGE/PA N.º 143/2018 e Súmula N.º 281 do Tribunal de Contas da União que dispõe o seguinte:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

18.3. A participação de empresas em consórcio é vedada neste certame, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, por entender-se que o objeto: aquisição de tablets, constitui bem de natureza comum, amplamente disponível no mercado varejista e atacadista. A permissão de consórcios em mercados de alta competitividade e baixa barreira de entrada poderia ensejar a formação de coligações entre empresas que detêm capacidade plena de competir individualmente, o que feriria a economicidade.

18.4. A constituição de um consórcio para este tipo de contratação não traz ganhos técnicos, operacionais ou econômicos que justifiquem sua adoção, e pode resultar em complexidade administrativa desnecessária, aumento de custos indiretos e dificuldade na gestão do contrato.

18.5. Ademais, a exigência de garantia assistencial on-site com SLA rigoroso demanda uma cadeia de responsabilidade jurídica e operacional única, cuja fragmentação via consórcio colocaria em risco a eficiência do suporte técnico nas unidades escolares do interior do Estado. Ressalte-se que a administração responde solidariamente pelos atos do consórcio. Assim, o risco de pulverização da responsabilidade técnica e administrativa entre várias empresas dificulta a fiscalização e a execução da garantia on-site de 36 meses, que exige um canal único e centralizado de atendimento.

18.6. Portanto, para garantir o cumprimento dos princípios da eficiência, competitividade e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, fica vedada a participação de consórcios nesta licitação.

19. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO (LEI 14.133, ART 6º, INCISO XXIII, ITEM C)

19.1. As especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência decorrem diretamente dos requisitos funcionais, não funcionais, logísticos e de segurança definidos no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, tendo como objetivo assegurar a adequação dos equipamentos ao uso pedagógico continuado, à realidade geográfica do Estado do Acre e à proteção do patrimônio público.

| ITEM | PRODUTOS | CONSUMO IMEDIATO | QTD P/ REGISTRO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---------|---|------------------|-----------------|----------------|-------------|
| 19.2. | Tablet Educacional: | | | | |
| 19.3. | Tela: | | | | |
| 19.3.1. | Tamanho mínimo de 8” | | | | |
| 19.3.2. | Tela capacitiva Multi-toque; | | | | |
| 19.3.3. | Resolução mínima de 1280 x 800 pixels; | | | | |
| 19.3.4. | Contraste mínimo de 300:1 | | | | |
| 19.4. | Processador: | | | | |
| 19.4.1. | Mínimo de 8 núcleos (Octa Core) com no mínimo 2x 2,0 GHz e os demais núcleos com com frequência mínima de 1.5GHz; | | | | |
| 19.5. | Memória: | | | | |
| 19.5.1. | Mínimo de 2GB de memória RAM; | | | | |
| 19.5.2. | Mínimo de 32 GB de memória de armazenamento interna e possibilidade de expansão através de cartão em no mínimo 1TB; | | | | |
| 19.6. | Conectividade: | | | | |
| 19.6.1. | Deve ser integrada ao equipamento e compatível com os protocolos TCP/IP; | | | | |
| 19.6.2. | Interface de Rede sem fio e no mínimo com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac; | | | | |
| 19.6.3. | Suporte a conectividade 2G, 3G e 4G com | | | | |

SLOT para SIM CARD integrado ao equipamento.

19.7. Câmera:

19.7.1. Devem ser Integradas ao Equipamento;

19.7.2. Câmera traseira com resolução mínima de 5 megapixels, foco automático e zoom digital;

19.7.3. Câmera frontal com resolução mínima de 2 Megapixels;

19.7.4. Deve permitir filmar e tirar fotos.

19.8. Interfaces:

19.8.1. Microfone e alto-falantes integrados ao gabinete;

19.8.2. Interface Bluetooth mínimo 5.0;

19.8.3. Saída para fone de ouvido para conector padrão P2 de 3,5 mm;

19.8.4. Slot padrão SD ou Micro SD para expansão do armazenamento interno;

19.8.5. Slot para o SIM card.

19.8.6. Possui no mínimo 1 conexão do tipo USB-C (Type C)

19.9. Bateria:

19.9.1. Deve ser interna e recarregável.

19.9.2. A bateria do equipamento deverá apresentar autonomia mínima de 4000mAh

19.9.3. Capacidade de ser recarregada diretamente na alimentação AC (100V ~240V).

19.10. Gabinete:

19.10.1. Não poderá apresentar saliências, pontas ou estruturas externas perfurantes ou cortantes;

19.10.2. Possuir teclas para controle de volume e som.

19.10.3. Peso máximo de 500g.

19.11. Funcionalidades:

19.11.1. Deve possuir acelerômetro;

19.11.2. Deve possuir ajuste do brilho da tela manual ou automático;

19.11.3. Deve permitir a mudança da orientação da tela e o bloqueio da posição;

19.11.4. Recursos de vídeo: Gravação em HD (720p), sendo que para vídeo utilizar codificação H.264 e para áudio codificação AAC;

19.11.5. Formatos de reprodução: H.263, H.264, MP3, MPEG-4; Taxa de captura e reprodução de vídeo: 30 fps.

19.11.6. Localização GPS / A-GPS ou Glonass;

19.11.7. Sensor de posição (Vertical para horizontal);

19.12. Sistema Operacional e Software:

19.12.1. Deverá ser entregue com o Sistema Operacional Android 12 (ou versão superior) previamente instalado em português;

19.12.2. Permitir a decodificação dos seguintes formatos de arquivos: mp3; 3gp (AMR, AAC, H263, H264 e MPEG4); mp4 (AAC e H264); ogg (Vorbis áudio);

wav (PCM); O ajuste do brilho da tela manual ou automático;

19.12.3. Software para e-mail compatível com gmail e Microsoft Exchange, POP3/IMAP;

19.12.4. Software para reprodução de vídeo, áudio e fotografias digitais;

19.12.5. Software de mensagem instantânea;

19.12.6. Software para gravação de vídeo, áudio e fotografias digitais;

19.12.7. Software de mapas;

19.12.8. Os softwares deverão permitir o ajuste da resolução de imagem, controle de volume e adição de vídeo produzido pelo usuário no próprio Tablet.

19.13. **Software de Gerenciamento e Controle do Dispositivo (MDM):**

19.13.1. O licenciamento do software de MDM deverá estar incluído no valor global do tablet educacional, não sendo admitidas cobranças adicionais de assinatura, renovação ou mensalidade ao longo de sua vigência mínima.

19.13.2. A Contratada deverá garantir o direito de uso da solução MDM pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses para todos os dispositivos fornecidos, independentemente do prazo de garantia do hardware;

19.13.3. Deve permitir a localização e a automatização de configuração do dispositivo;

19.13.4. Envio de políticas de segurança e configurações de maneira remota;

19.13.5. Envio de pacotes de instalação de aplicativos;

19.13.6. Controle de navegação a partir de filtros de conteúdo;

19.13.7. Aplicativos ativos e bloqueados, relatório gerencial com inventário completo;

19.13.8. Emissão de relatório gerencial com informações do inventário de dispositivos;

19.13.9. O sistema de monitoramento de software deve atender a Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em especial ao artigo 14 da mesma lei.

19.13.10. Deverá possuir total integração e compatibilidade com a plataforma Google Zero Touch.

19.13.11. O fabricante do software deverá ser membro da Enterprise Mobility Management, na categoria GOLD ou superior, a ser comprovado por meio de certificado de parceria válido ou declaração oficial emitida pelo programa Android Enterprise, em nome do fabricante, que deverá ser apresentado junto com a proposta, ou comprovado através do link:

19.13.12. https://androidenterprisepartners.withgoogle.com/emm/#!?gold&aer&emm_features=zero_touch_enrollment1

19.13.13. Sem prejuízo da garantia de 12 (doze) meses do hardware, a Contratada deverá assegurar a plena operação da plataforma MDM, com todas as funcionalidades contratadas, por 36 (trinta e seis) meses, incluindo suporte técnico, atualizações de segurança e manutenção corretiva da solução de software, sem custos

| | | | | | |
|---|--|--------|--------|--|--|
| | <p>adicionais para a Administração;</p> <p>19.13.14. O prazo de licenciamento MDM de 36 meses, superior à garantia de hardware (12 meses), decorre da necessidade de gestão pedagógica continuada dos dispositivos ao longo de ciclos letivos completos (Ensino Médio - 3 anos), independentemente da garantia física do equipamento. O custo do licenciamento estendido está diluído no valor unitário do tablet educacional, não gerando cobranças adicionais à Administração;</p> <p>19.13.15. Ao final do período de 36 (trinta e seis) meses de licenciamento incluso, a Contratada deverá garantir, mediante nova contratação, caso haja interesse da Administração, a continuidade do serviço de gerenciamento nas mesmas condições técnicas, ou fornecer todas as credenciais de acesso e dados armazenados na plataforma à SEE/AC, permitindo a migração para outra solução de MDM, sem qualquer ônus adicional ou perda de funcionalidades e dados históricos.</p> <p>19.14. <u>Acessórios:</u></p> <p>19.14.1. Deverá ser entregue no mínimo com dispositivo o carregador da bateria e cabo de conexão da interface de sincronismo com microcomputadores/carregamento;</p> <p>19.14.2. Deverá ser incluso capa de proteção homologada pelo Fabricante do Tablet, garantindo que a capa seja do tipo emborrachada ou poliuretano, com a borda da capa visualmente acima do nível da tela, garantindo maior tempo de vida ao dispositivo;</p> <p>19.14.3. Cabo de dados com conector para USB do Tipo C (Type-C) e comprimento mínimo de 1 metro.</p> <p>19.14.4. Possuir conectores em plástico injetado ou material semelhante atóxico, com protetores contra dobras;</p> <p>19.14.5. Carregador da bateria bivolt com seleção automática de voltagem.</p> <p>19.14.6. Fone de ouvido tipo Intra-auricular (In-Ear) com fio de comprimento mínimo de 1 metro, compatível com o tablet entregue.</p> <p>19.15. <u>Logomarca:</u></p> <p>19.15.1. Deverá ser gravado no chassi do equipamento em local a ser indicado, o Logo do Governo do Estado do Acre, por intermédio de serigrafia com tinta na cor branca e de fixação definitiva ou através de queima por Laser. Logo com dimensões mínimas de 4,5cm x 5cm.</p> <p>19.16. <u>Compatibilidade e Certificações:</u></p> <p>19.16.1. Deverá possuir Certificado de Homologação da ANATEL para fins de participação,</p> <p>19.16.2. comercialização e entrega, sendo que a comprovação será por meio de certificado emitido pela própria ANATEL e disponível publicamente e deverá ser entregue juntamente com a proposta;</p> <p>19.16.3. Conforme artigo 41 da nova lei 14.133/2021 e devido à falta de insumos reportado mundialmente pelos fabricantes, DEVERÁ ser enviado Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante ao LICITANTE, que assegure a execução do contrato ao revendedor ou distribuidor, devendo ser entregue juntamente com a proposta</p> <p>19.16.4. A Carta de Solidariedade deverá ser emitida pelo fabricante do equipamento ofertado, em papel timbrado, com assinatura de representante legal, e deverá</p> | | | | |
| 1 | | 10.000 | 30.000 | | |

conter, expressamente, a obrigação do fabricante de garantir a execução do contrato, incluindo o fornecimento de peças, suporte técnico e assistência, em caso de inadimplemento ou incapacidade técnica ou operacional da licitante vencedora, durante todo o prazo de garantia e de licenciamento do MDM;

19.16.5. Deverá possuir as certificações IEC 60950 e ROHS, sendo que a comprovação será por meio de certificado emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO: IEC 60950-1, e deverão ser entregues juntamente com a proposta.

19.16.6. Deverá fornecer certificado de garantia dos tablets por um período mínimo de 12 meses.

19.16.7. O Fabricante do equipamento ofertado deverá possuir registro de revendedor na plataforma Android Enterprise, que irá garantir compatibilidade de utilização dos serviços “Zero Touch”, a comprovação do registro do Fabricante na plataforma Google Enterprise deverá ser apresentada juntamente com a proposta e será comprovada através do portal <https://androidenterprisepartners.withgoogle.com/resellers/>

19.17. **Outras Considerações:**

19.17.1. Deve ser fornecido **tablet educacional**, novo e sem uso anterior, em conformidade com todas as especificações técnicas, funcionais e de garantia estabelecidas neste Termo de Referência.

19.17.2. Não serão aceitos equipamentos remanufaturados (*refurbished*);

19.17.3. Os componentes que acompanham o tablet também devem ser de primeiro uso;

19.17.4. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação na data de entrega da proposta;

19.18. **Garantia:**

19.18.1. Deve possuir garantia de 12 meses do fabricante prestada na cidade de Rio Branco na modalidade on-site, no Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI.

19.18.2. A garantia on-site deverá ser prestada nas dependências do Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI, localizado em Rio Branco/AC, para onde os equipamentos com defeito deverão ser encaminhados pela SEE/AC, ficando a contratada responsável pelo reparo ou substituição no local.

19.18.3. O suporte deve ser prestado pelo fabricante ou por uma assistência técnica devidamente credenciada, com atendimento no regime 8x5 (8 horas por dia, 5 dias por semana).

19.18.4. A contratada deve disponibilizar uma central de atendimento (via 0800, WhatsApp, e-mail ou chat) para abertura de chamados, com registros detalhados, incluindo a descrição do problema.

19.18.5. Os atendimentos deverão obedecer a um SLA de até 36 horas para o primeiro contato. Constatada a necessidade de reparo com reposição de peças, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua conclusão. Alternativamente, a CONTRATADA poderá optar pela substituição do equipamento defeituoso por outro novo, de mesma configuração ou superior, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da

abertura do chamado.

19.18.6. Os chamados deverão ser abertos pelos técnicos da CONTRATANTE, por meio da central de atendimento, que deverá operar em português e no horário comercial, conforme o horário oficial de Brasília.

19.18.7. Cada equipamento ofertado deverá possuir um código de identificação exclusivo para abertura de chamados.

19.18.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal oficial (0800, WhatsApp, e-mail ou chat), com recurso que permita verificar a garantia do equipamento por meio do número de série ou equivalente.

19.18.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

19.19. **Requisitos Gerais e Documentação Técnica:**

19.19.1. Todos os equipamentos e seus componentes/periféricos deverão ser originais de fábrica, novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Todos os equipamentos deverão ser idênticos entre si (mesma marca, modelo e part number).

19.19.2. O fornecimento deverá incluir todos os cabos, adaptadores e conectores necessários ao perfeito funcionamento e carregamento do equipamento.

19.19.3. É mandatório que o licitante informe na proposta comercial a Marca, o Modelo e o Código do Produto (Part Number) do equipamento ofertado. O não cumprimento desta exigência resultará na desclassificação da licitante.

19.19.4. Para fins de comprovação das especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, o licitante deverá apresentar documentação técnica (prospectos, folders ou cópias de páginas do website do fabricante) que detalhe as características do produto ofertado.

19.19.5. Caso o modelo ofertado não se encontre mais disponível no mercado no momento da contratação, o objeto substituto deverá ter, no mínimo, a mesma qualidade e especificação técnica do produto cotado, devidamente comprovado por documentação técnica e com anuência prévia da SEE/AC.

19.20. **Requisitos Mínimos de Segurança:**

19.20.1. A CONTRATADA deverá garantir, no mínimo:

19.20.2. I – mecanismos de controle e gerenciamento centralizado dos dispositivos por meio de solução MDM, permitindo a aplicação de políticas de segurança, restrição de funcionalidades e controle de acesso;

19.20.3. II – possibilidade de bloqueio, rastreamento e exclusão remota de dados dos dispositivos, em caso de perda, roubo ou uso indevido;

19.20.4. III – proteção contra acesso não autorizado aos dispositivos e às informações neles contidas;

19.20.5. IV – mecanismos que assegurem a

integridade das configurações e do ambiente operacional dos equipamentos;

19.20.6. V – conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente no tratamento de dados de crianças e adolescentes - A licitante DEVE apresentar, junto com a proposta, uma **Declaração de Conformidade com a LGPD** da solução de MDM ofertada, atestando que a ferramenta possui mecanismos nativos para garantir os direitos dos titulares (acesso, correção, exclusão, portabilidade, etc.) e que sua arquitetura de dados (servidores, armazenamento) respeita a legislação brasileira.

19.21. **Responsabilidades da Contratada quanto à Segurança da Informação**

19.21.1. A CONTRATADA deverá:

19.21.2. Adotar boas práticas de segurança da informação compatíveis com a criticidade da solução;

19.21.3. Garantir que seus produtos e serviços não introduzam vulnerabilidades conhecidas no ambiente da CONTRATANTE, devendo a Contratada manter a solução de MDM atualizada com os patches de segurança mais recentes durante todo o período de licenciamento de 36 meses, para mitigar riscos de exploração de vulnerabilidades que possam levar a vazamento de dados;

19.21.4. Colaborar com a CONTRATANTE em eventuais ações de resposta a incidentes de segurança;

19.21.5. Manter sigilo sobre quaisquer informações e dados a que tiver acesso em razão da execução contratual.

19.22. **Obrigações da Administração em proteção de dados e segurança da informação**

19.22.1. Sem prejuízo das obrigações da Contratada, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE/AC compromete-se a:

19.22.2. (a) definir e aplicar perfis de acesso, políticas de uso e configurações de segurança na solução de Mobile Device Management – MDM em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e com o Decreto Estadual nº 11.785/2025, que institui a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC;

19.22.3. (b) designar responsáveis internos pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da solução, observadas as diretrizes de governança de TIC; e

19.22.4. (c) adotar procedimentos de gestão e tratamento de incidentes de segurança da informação, inclusive comunicação às autoridades competentes quando cabível.

19.22.5. A Contratada deverá prover os recursos técnicos necessários para viabilizar as configurações, perfis e políticas definidos pela SEE/AC na plataforma MDM, bem como garantir que a solução permaneça aderente às atualizações da POSIC e da LGPD durante a vigência contratual.

19.23. **Conformidade Normativa**

19.23.1. A solução fornecida deverá manter-se em conformidade com:

19.23.2. Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

19.23.3. Decreto nº 11.785/2025 (POSIC);

20. DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

20.1. Fica prevista a possibilidade de revisão dos preços registrados na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes, nos termos dos arts. 134, 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

20.2. A revisão dos preços registrados na Ata de Registro de Preços ou nos contratos dela decorrentes observará os seguintes mecanismos objetivos, nos termos dos arts. 124, inciso II, alínea “d”, 134, 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021:

20.3. I – O pedido de revisão deverá ser formalizado por escrito pela Contratada ou pela Administração, devidamente motivado e instruído com:

20.3.1. a) demonstração analítica da variação de custos (planilha de custos detalhada, comparando os custos originais da proposta com os novos custos);

20.3.2. b) comprovação documental da ocorrência do fato superveniente (notas fiscais de fornecedores, boletins de preços oficiais, cotações de mercado, variação cambial comprovada por fonte oficial, etc.);

20.3.3. c) indicação clara do impacto percentual no preço unitário.

20.4. II – A Administração analisará o pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa.

20.5. III – Para aceitação da revisão, deverá ser demonstrado que a variação é substancial, extraordinária e inviabiliza a execução nas condições originais, preservando o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízo à economicidade.

20.6. IV – A revisão será formalizada por **termo aditivo** à Ata ou ao contrato, com publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo transparência.

20.7. V – Caso a revisão não seja aceita, a Administração poderá cancelar o registro de preços correspondente, liberando o fornecedor do compromisso, sem aplicação de sanções, desde que não haja descumprimento anterior.

20.8. Parágrafo único. Todos os documentos comprobatórios ficarão disponíveis para consulta pela fiscalização, controle interno e órgãos de controle externo.

21. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

21.1. **Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições:** a Razão social e o CNPJ da empresa, o endereço completo, o telefone e o endereço eletrônico (E-mail), este último se houver, para contato, bem como o nome do proponente ou de seu representante legal, o CPF, o RG e o cargo na empresa, o Banco, a agência, o número da conta corrente e a praça de pagamento. **Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;**

21.2. O proponente deverá apresentar proposta de preço final baseada neste Termo de Referência;

21.3. Os preços deverão ser expressos em Reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da contratação;

21.4. O preço proposto e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do proponente;

21.5. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes;

21.6. Nos valores ofertados deverão ser incluídas as despesas com seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta e indiretamente incidirem em razão da prestação dos serviços;

21.7. Ao formular a proposta de preço, os licitantes deverão atentar para que o valor unitário do item ofertado seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas decimais e dificuldade na emissão da nota de empenho e dos documentos fiscais.

21.8. **A licitante deverá apresentar a Marca e Modelo do produto e seu Part Number se houver, bem outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, comprovando-os através de datasheet técnico oficial editadas pelos fabricantes na proposta.**

21.8.1. **A declaração obrigatória de Marca, Modelo e Part Number (código de fabricante) visa garantir a identificação técnica inequívoca do equipamento ofertado pela licitante, permitindo à equipe de avaliação:**

21.8.1.1. **Consultar especificações técnicas oficiais do fabricante (datasheets, manuais)**

21.8.1.2. **Verificar certificações ANATEL, IEC 60950 e ROHS do modelo específico**

21.8.1.3. **Confirmar compatibilidade com plataforma Android Enterprise e MDM**

21.8.1.4. **Assegurar rastreabilidade para fins de fiscalização e recebimento**

21.8.2. **A exigência não implica padronização ou restrição de marca/modelo, sendo aceitos todos os equipamentos que atendam às especificações técnicas mínimas estabelecidas no item 19, independentemente do fabricante.**

21.9. **Não será aceita declaração genérica afirmando que o equipamento “atende integralmente ao Termo de Referência”. A comprovação do atendimento deverá ser feita item a item, por meio de documentação técnica oficial.**

21.10. **Não será exigida a apresentação de amostras para fins de habilitação ou julgamento das propostas. A verificação**

por amostragem ocorrerá exclusivamente na fase de recebimento do objeto, conforme previsto no item 32.2.1, não constituindo etapa da fase licitatória.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Constituem obrigações da Contratada, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

22.1.1. Entregar os materiais, observadas as especificações técnicas e condições comerciais declinadas neste termo;

22.1.2. **Art.67, III, da Lei nº 14.133/21 - A empresa licitante deverá apresentar documento indicando o pessoal (mão de obra), das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que responsabilizará pelos trabalhos.**

22.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.1.3.1. A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

22.1.4. Apresentar, durante toda a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

22.1.5. Apresentar a tempo e modo, assim que solicitada pela CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do Contrato na forma da Lei Civil, por todo e qualquer dano imposto à CONTRATANTE, ou a terceiros, em decorrência da prestação dos serviços contratados;

22.1.6. Apresentar, sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA os certificados e garantias dos materiais adquiridos;

22.1.7. Comunicar a CONTRATANTE qualquer alteração em seu contrato social ou modificação da sua finalidade ou da sua estrutura no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do arquivamento dos documentos no Cartório de Registro específico;

22.1.8. Atender imediatamente as determinações do representante da CONTRATANTE com vista a corrigir defeitos observados na execução do Contrato;

22.1.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do Contrato, especialmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a prestação de serviços, isentando a CONTRATANTE de eventual não observância das prescrições legais pertinentes;

22.1.10. Exigir que seus técnicos ou empregados apresentem-se nas dependências da CONTRATANTE devidamente uniformizados, identificando-os com crachá e fotografia recente;

22.1.11. Retirar dos serviços, imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação da CONTRATANTE, qualquer empregado, operário ou técnico seu que, a critério da CONTRATANTE, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;

22.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

22.1.13. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, assumindo ainda as responsabilidades civil e penal, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades;

22.1.14. Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pela CONTRATANTE nos parâmetros estabelecidos na Lei 14.133/2021 e legislação correlata;

22.1.15. Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da CONTRATANTE portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato;

22.1.16. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;

22.1.17. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;

22.1.18. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

22.1.19. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

22.1.20. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);

22.1.21. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da CONTRATANTE. Caso os valores devidos não restarem pagos ou depositados, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente;

22.1.22. Relatar à fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante

a execução dos serviços e a entrega dos bens, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio da CONTRATANTE;

22.1.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

22.1.24. Responsabilizar-se pela garantia do Objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

22.1.25. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

22.1.26. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos.

22.2. A CONTRATADA, no ato do pagamento tem que estar em dias com todas as obrigações legais e apresentar todas as certidões que comprovem tal regularidade;

22.3. A CONTRATADA deverá comunicar à SEE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a existência de problemas para execução dos serviços relacionados a garantia;

22.4. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos bens conforme as necessidades da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE;

22.5. Cabe ainda à CONTRATADA a reposição imediata, quando da ocorrência de quaisquer distúrbios ou anormalidades que impeçam o bom desempenho e perfeito funcionamento dos materiais, responsabilizando-se ainda se for o caso pelo acionamento do fabricante para ressarcimento e/ou indenização eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus a este título;

22.6. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades acessórias assumidas pela CONTRATADA em decorrência da execução do Contrato ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. Constituem obrigações da Contratante, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

23.1.1. Efetuar o pagamento, das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor designado;

23.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

23.1.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato;

23.1.4. Notificar a CONTRATADA por qualquer irregularidade na execução do Contrato;

23.1.5. Designar um servidor, como seu representante, que irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

23.1.6. Receber os objetos e testá-los imediatamente;

23.1.7. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracteriza a necessidade de tal medida;

23.1.8. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato;

23.1.9. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do Contrato, em registro próprio;

23.1.10. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega;

23.1.11. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;

23.1.12. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da contratação, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

23.1.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

23.1.14. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

23.1.14.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

23.1.14.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

23.1.14.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

23.1.15. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa executar normalmente o contrato;

23.1.16. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 23.1.17. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- 23.1.18. Publicar os aditivos contratuais sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato;
- 23.1.19. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato;
- 23.1.20. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;
- 23.1.21. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, fazendo-as cumprir;
- 23.1.22. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do contrato;
- 23.1.23. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a entrega do objeto, necessários ao cumprimento do contrato;
- 23.1.24. Proceder ao recebimento, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos equipamentos fornecidos;
- 23.1.25. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 23.1.26. Recusar, com a devida justificativa, os materiais entregues fora das especificações constantes na proposta da Contratada;
- 23.1.27. Responder, por dano ou prejuízo que venha a ser causado à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa da Contratante;
- 23.1.28. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 23.1.29. Verificar a regularidade da Contratada, junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre - CADUF, antes de cada pagamento;
- 23.1.30. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.
- 23.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 23.3. A CONTRATANTE, por meio de servidor habilitado ou de pessoas previamente designadas, deverá efetuar a fiscalização permanente da execução do contrato, garantir que seja realizada a entrega em perfeitas condições, para que o material adquirido de forma adequada afim de alcançar os resultados esperados, conforme o disposto no instrumento contratual a ser elaborado de acordo com todas as diretrizes contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

24. DA GESTÃO E ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

- 24.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, os riscos relevantes associados à presente contratação foram previamente identificados, analisados e alocados durante a fase de planejamento, encontrando-se consolidados na Matriz de Riscos da Contratação, elaborada a partir do Estudo Técnico Preliminar.
- 24.2. Considerando o valor estimado da contratação, a essencialidade do objeto para a política educacional estadual e os riscos identificados no Mapa de Risco da Contratação (SEI nº 0019215598), a presente contratação demanda a adoção de **Matriz de Riscos**, em conformidade com a Instrução Normativa CGE nº 01/2024, a qual integra este Termo de Referência como anexo à minuta contratual
- 24.3. A Matriz de Riscos integra o processo administrativo da contratação como instrumento de apoio à gestão contratual, definindo, de forma objetiva, os principais riscos identificados, a parte responsável por sua mitigação e as medidas preventivas incorporadas a este Termo de Referência.
- 24.4. A alocação dos riscos observa o princípio da atribuição do risco à parte que melhor pode geri-lo, considerando a natureza do objeto, o modelo de contratação adotado e as responsabilidades legais da Administração e da Contratada.
- 24.5. Eventuais ocorrências relacionadas aos riscos mapeados deverão ser tratadas no âmbito da gestão e fiscalização contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e neste Termo de Referência.
- 24.6. O Mapa de Risco deverá ser atualizado pelo gestor/fiscal quando da ocorrência de eventos relevantes na execução, nos termos da IN CGE nº 01/2024.

25. VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 25.1. Considerando tratar-se de uma Ata de Registro de Preços, a assinatura do contrato deverá ocorrer tão logo haja disponibilidade orçamentária, desde que o processo licitatório tenha sido previamente adjudicado e homologado, conforme os preceitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021.
- 25.2. Os contratos oriundos deste Termo de Referência terão vigência limitada ao período necessário para a entrega integral do objeto, observado o prazo máximo de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, não sendo admitida prorrogação, por se tratar de contratação de fornecimento de bens com entrega certa, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021,

ainda que vinculada às metas do Plano Plurianual.

- 25.3. O licitante vencedor será regularmente convocado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 25.4. O prazo de vigência do Contrato será fixado a partir da data da sua assinatura;
- 25.5. É vedado o Contrato com prazo de vigência indeterminado;
- 25.6. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência;
- 25.7. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência;
- 25.8. A eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato.
- 25.9. A eficácia legal do Contrato estará condicionada:
- 25.10. A publicação do seu respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Acre;
- 25.11. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; e 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

26. PREPOSTO

- 26.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços (entrega de materiais), indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 26.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 27.1. Não será permitido a subcontratação para fornecimento dos equipamentos a serem adquiridos.
- 27.2. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto a ser contratado.
- 27.3. A subcontratação para o fornecimento dos equipamentos está vedada, pois o objeto licitado se resume à aquisição de tablets educacionais e acessórios, bens de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica que justifique a execução por terceiros, devendo a contratada deter integralmente a responsabilidade pelo fornecimento.

28. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 28.1. A empresa contratada fica obrigada a apresentar a prestação de garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do instrumento contratual, em uma das seguintes modalidades:
 - a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - b) Seguro garantia;
 - c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
 - d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 28.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;
- 28.3. A CONTRATADA terá prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no item 19.1 deste Termo de Referência;
- 28.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

29. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 29.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto desta contratação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 29.2. As supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja acordo entre as partes (Administração e Contratada), nos termos do Art. 126 da Lei nº 14.133/2021.
- 29.3. Eventuais acréscimos ou supressões deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo, precedidos de instrução processual que contenha a devida justificativa técnica e autorização da autoridade competente.
- 29.4. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões devem ser calculados individualmente sobre o valor inicial

atualizado do contrato, não sendo permitida a compensação entre eles para fins de verificação do limite de 25%.

30. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 30.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 30.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 30.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 30.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 30.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das;
- 30.6. Obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

31. GESTOR DO CONTRATO

- 31.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
 - 31.1.1. Conhecer o inteiro teor do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
 - 31.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
 - 31.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
 - 31.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
 - 31.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
 - 31.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
 - 31.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
 - 31.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
 - 31.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
 - 31.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
 - 31.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
 - 31.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
 - 31.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
 - 31.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
 - 31.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
 - 31.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
 - 31.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
 - 31.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
 - 31.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
 - 31.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos

necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

31.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;

31.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

32. FISCAL DO CONTRATO

32.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

32.1.1. Conhecer do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

32.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos materiais entregues;

32.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

32.1.4. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens ou materiais de consumo, verificando sua quantidade e qualidade;

32.1.5. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

32.1.6. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;

32.1.7. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

32.1.8. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

32.1.9. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

32.1.10. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

32.1.11. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

32.1.12. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

32.1.13. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

32.1.14. Se for contrato de serviços, indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

32.1.15. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

32.1.16. Realizar, juntamente com a contratada, a verificação dos serviços ou itens nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

32.1.17. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

32.1.18. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

32.1.19. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

32.1.20. Controlar o serviço executado, aprovando somente os efetivamente realizados;

32.1.21. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

32.1.22. Se for contrato de serviços, realizar a glosa dos serviços contratados quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;

32.1.23. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

33. DO PRAZO DE ENTREGA

33.1. Os produtos contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, conforme especificações contida na Ordem de Fornecimento expedida pelo Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI;

33.2. Fica explícito que o descarregamento e a conferência (contagem física e teste amostral) são de responsabilidade da contratada, conforme discutido na matriz de riscos.

33.2.1. Será realizado um teste amostral em 10% dos equipamentos de cada lote entregue, verificando-se as especificações técnicas, funcionamento básico, conectividade e integração com o MDM. Se mais de 5% da amostra apresentar falhas, o lote inteiro poderá ser recusado para substituição.

33.3. A alteração do prazo de entrega somente será admitida em caráter excepcional, nos casos de superveniência de fatos que retardem ou impeçam a execução, conforme previsto no Art. 137, § 2º, I, II e III da Lei nº 14.133/2021 (e Art. 136, IV, quando aplicável).

33.4. O pedido de prorrogação de prazo deverá ser formalmente apresentado pela Contratada antes do término do prazo original, devidamente instruído com prova documental das causas que o justificam e com o cronograma atualizado de entrega, sendo a decisão de competência da Autoridade Superior, mediante parecer favorável do Fiscal e do Gestor do Contrato. As prorrogações serão concedidas pelo tempo estritamente necessário para restabelecer a condição de execução.

34. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

34.1. A entrega dos (equipamentos) acompanhado dos acessórios e equipamentos será na Divisão de Patrimônio da CONTRATANTE, localizada na Estrada da Floresta km 03, nº 1.296, Bairro Floresta, nos horários: 07h30 às 14h30min, no município de Rio Branco/AC;

34.2. Os materiais serão recebidos por servidor designado para fim, da seguinte forma:

34.2.1. **Provisoriamente:** no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações;

34.2.2. **Definitivamente:** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório e após a verificação da qualidade, quantidade e sua aceitação, mediante atesto da Nota Fiscal;

34.2.3. O recebimento definitivo incluirá teste amostral (1% do lote) de integração com a plataforma MDM da SEE/AC e Google Zero Touch Enrollment, além de verificação de conformidade LGPD (art. 14), com emissão de relatório técnico pelo DETEI. Eventual não conformidade implicará substituição integral do lote às expensas da Contratada, sem prejuízo de sanções.

34.3. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos serviços/equipamentos com as especificações técnicas exigidas no Edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, o Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado;

34.4. Nos casos de substituição do equipamento, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO;

34.5. O aceite/aprovação do produto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de qualidade, quantidade ou disparidades com as especificações estabelecidas, inclusive por vícios ocultos, verificados posteriormente, nos termos do art. 44 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 441 a 446 do Código Civil, garantindo-se à CONTRATANTE o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, e aplicar as sanções previstas no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

34.6. Os produtos deverão ser embalados adequadamente, para que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento.

35. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

35.1. O pagamento dos produtos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterà o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante;

35.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso;

35.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNPJ n.º 04.033.254/0001-67**

35.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento;

35.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

35.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = (NxVPxI)/365, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

35.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco - AC, 69.911-018, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato;

35.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

35.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato;

35.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções;

35.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

36. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

36.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada a sujeitará, garantido o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, que incluem, conforme a gravidade da infração, advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo da obrigação de reparação integral de todos os danos e prejuízos causados à Contratante.

36.2. Infrações Administrativas

36.2.1. Em conformidade com o art. 155 da Lei nº 14.133/2021, considera-se infração administrativa, sujeitando-se a sanções, as condutas do contratado que violarem as disposições legais e contratuais, incluindo, mas não se limitando a:

36.2.2. I. Fase Licitatória:

36.2.2.1. Fraude ou falsa declaração durante o processo licitatório;

36.2.2.2. Omissão de informações relevantes;

36.2.2.3. Apresentação de documentação falsa ou com vícios.

36.2.3. II. Fase de Transição (Licitação e Contratação):

36.2.3.1. Descumprimento dos requisitos formais após adjudicação;

36.2.3.2. Não assinatura do contrato no prazo estabelecido;

36.2.3.3. Não cumprimento das condições previstas no edital e na proposta vencedora.

36.2.4. III. Execução Contratual:

36.2.4.1. Atraso ou não entrega do objeto conforme especificações contratuais;

36.2.4.2. Defeito na execução dos serviços ou fornecimento de bens;

36.2.4.3. Descumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias.

36.3. Sanções Administrativas

36.3.1. Conforme o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as infrações administrativas poderão acarretar as seguintes sanções:

36.3.1.1. I. Advertência: Aplicável quando o descumprimento da obrigação não causar prejuízo substancial à administração.

36.3.1.2. II. Multa: Aplicável quando houver violação de cláusulas contratuais, de forma a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

36.3.1.3. III. Impedimento de licitar e contratar: Impedimento de participar de licitações e contratar com a Administração Pública por um período de até dois anos.

36.3.1.4. IV. Declaração de Inidoneidade: Quando o contratado demonstrar condutas fraudulentas ou ilícitas, com aplicação de penalidade mais severa.

36.4. Multas

36.4.1. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

36.4.2. I – de 0,5% (cinco décimos por cento) e 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que

respectivamente:

- 36.4.2.1. a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 36.4.2.2. b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 36.4.2.3. c) Multa Moratória: Pelo atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Fornecimento, previsto no item 32 deste Termo de Referência, a contratada estará sujeita à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela não entregue, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato ou da parcela inadimplida, conforme o art. 156, §3º da Lei nº 14.133/2021.
- 36.4.2.4. Parágrafo único: A aplicação da multa moratória não impede que, persistindo o atraso por período superior a 30 (trinta) dias corridos, a Administração, a seu critério, considere a hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, aplicando-se, cumulativamente ou não, as demais sanções cabíveis, incluindo a multa compensatória prevista no item 35.4.5.
- 36.4.3. II – 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 36.4.4. III – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- 36.4.5. IV – de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
- 36.4.6. V – de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
 - 36.4.6.1. a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 36.4.6.2. b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - 36.4.6.3. c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - 36.4.6.4. d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 36.4.6.5. e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
 - 36.4.6.6. f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
 - 36.4.6.7. g) dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 36.4.6.8. h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.
- 36.4.7. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, incluindo os pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado.

36.5. **Procedimentos de Apuração e Aplicação das Penalidades**

36.6. Os procedimentos de apuração e aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 serão realizados de acordo com as normas gerais da Lei nº 14.133/2021, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa. Os atos relacionados à aplicação das sanções deverão observar as disposições do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentações específicas da Administração.

37. **DA MATRIZ DE RISCOS (INSTRUÇÃO NORMATIVA CGE Nº 001/2024)**

37.1. O Mapa de Riscos da contratação, elaborado na fase de planejamento em atendimento ao art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 11.363/2023, encontra-se registrado no processo SEI nº 0019215598 e integra a documentação preparatória deste certame.

37.2. A presente Matriz de Riscos integra o Termo de Referência na qualidade de cláusula contratual de alocação de riscos entre a Administração e a Contratada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Estadual nº 11.363/2023 e com a Instrução Normativa CGE nº 001/2024, que dispõe sobre o gerenciamento de riscos em licitações e contratos no âmbito do Poder Executivo do Estado do Acre.

37.3. O quadro a seguir materializa o estudo:

| Nº | Evento de risco | Responsável (Administração / Contratada / Compartilhado) | Medidas de mitigação / controles previstos | Efeito na possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro |
|----|-----------------|---|---|---|
|----|-----------------|---|---|---|

| Nº | Evento de risco | Responsável (Administração / Contratada / Compartilhado) | Medidas de mitigação / controles previstos | Efeito na possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro |
|----|---|---|--|---|
| R1 | Risco orçamentário – variação de custos acima do estimado / contingenciamento de dotações | Administração | Planejamento orçamentário vinculado ao PCA e PPA; definição de teto máximo com base na pesquisa de preços (valor médio R\$ 856,07); previsão da despesa em programa de trabalho e fontes específicas. | Risco ordinário da Administração. Em regra, não gera direito de reequilíbrio em favor da Contratada, por decorrer de gestão orçamentária interna. |
| R2 | Atraso licitatório – demora nas fases internas/externas impactando o calendário letivo | Administração | Elaboração prévia de ETP e TR; definição de cronograma; monitoramento rigoroso do fluxo processual no SEI; priorização do processo pela SEE/AC. | Risco ordinário da Administração. Não gera direito de reequilíbrio para a Contratada; eventual postergação de assinatura é tratada antes da formação do vínculo contratual. |
| R3 | Suporte técnico ineficiente – falha no atendimento de garantia, MDM e assistência on-site | Contratada | Exigência de Carta de Solidariedade do Fabricante (art. 41 da Lei 14.133/2021); garantia de 12 meses on-site em Rio Branco; SLA de até 36h para primeiro atendimento e até 30 dias para reposição de peças; central 0800/WhatsApp/e-mail/chat para abertura de chamados. | Risco ordinário da Contratada. Não gera reequilíbrio a seu favor; ao contrário, pode ensejar aplicação de sanções e glosas se o nível de serviço não for cumprido. |
| R4 | Obsolescência tecnológica – hardware incompatível com aplicativos/atualizações durante a vida útil prevista | Contratada | Especificação mínima de Android 12 ou superior, processador Octa-core, memória RAM e armazenamento com expansão, compatibilidade com Google Zero Touch; seleção de modelos em linha de produção. | Risco ordinário da Contratada, pois as especificações mínimas foram definidas ex ante e integram a proposta. Não gera reequilíbrio, salvo evento extraordinário claramente enquadrado como caso fortuito/força maior. |
| R5 | Logística e danos – extravio, avarias ou perdas no transporte até a sede da SEE/AC | Contratada | Obrigatoriedade de seguro de transporte; embalagens reforçadas; entrega centralizada no Departamento de Patrimônio; exigência de capa protetora homologada com bordas elevadas; conferência técnica e patrimonial no recebimento. | Risco ordinário da Contratada, inerente à obrigação de entrega. Não gera direito de reequilíbrio; danos ou extravios devem ser suportados pela Contratada/seguradora. |

| Nº | Evento de risco | Responsável (Administração / Contratada / Compartilhado) | Medidas de mitigação / controles previstos | Efeito na possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro |
|----|--|---|--|---|
| R6 | Inadequação do objeto – tablets entregues em desconformidade com as especificações técnicas ou incompatíveis com MDM/Zero Touch | Contratada | Testes de conformidade técnica e de integração com MDM/Google Enterprise no recebimento; exigência de documentação técnica e certificações (ANATEL, IEC 60950, RoHS, Android Enterprise). | Risco ordinário da Contratada. Não gera reequilíbrio; implica substituição às expensas da Contratada e possível aplicação de sanções. |
| R7 | Variação cambial extraordinária – alta anormal de custos de componentes importados que impacte severamente o custo de fornecimento | Compartilhado | Estimativa de valor baseada em ARPs recentes; curto prazo de entrega (45 dias); previsão expressa de possibilidade de revisão contratual nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação técnica do desequilíbrio. | Risco extraordinário e compartilhado . Pode ensejar pedido de reequilíbrio/revisão, desde que demonstrado fato imprevisível ou de consequências incalculáveis, na forma do art. 124 da Lei 14.133/2021, limitado ao estritamente necessário para restaurar o equilíbrio. |
| R8 | Caso fortuito ou força maior – eventos como enchentes severas, secas extremas, pandemias ou crises logísticas que impeçam execução/entrega | Compartilhado | Previsão de prorrogação de prazos e revisão contratual em caso de força maior; possibilidade de suspensão de prazos e reprogramação de entrega pela Administração; tratamento casuístico pela gestão/fiscalização do contrato. | Risco extraordinário e compartilhado . Pode ensejar suspensão de prazos e, em hipóteses justificadas, revisão de preços, conforme art. 124 da Lei 14.133/2021; exige comprovação inequívoca do nexo entre o evento e o desequilíbrio. |

| Nº | Evento de risco | Responsável (Administração / Contratada / Compartilhado) | Medidas de mitigação / controles previstos | Efeito na possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro |
|----|---|--|--|---|
| R9 | Não conformidade com a LGPD e violação de segurança da informação: Vazamento, tratamento inadequado ou acesso não autorizado a dados pessoais de alunos e professores, especialmente de crianças e adolescentes (art. 14 da LGPD), durante o uso da solução MDM ou nos dispositivos. | <p>Compartilhado, com responsabilidades distintas e bem definidas:</p> <p>1. Responsabilidade Técnica e Contratual (primária da Contratada): Pela existência, eficácia e segurança intrínseca dos meios técnicos fornecidos (plataforma MDM, criptografia, protocolos de comunicação). A Contratada responde por vulnerabilidades no <i>software</i> e pela garantia de que a solução, por si só, não coleta, armazena ou processa dados em desacordo com a LGPD.</p> <p>2. Responsabilidade pela Governança e Uso (primária da Administração): Pela definição e aplicação correta das políticas de uso, perfis de acesso e finalidades na plataforma MDM. A Administração responde por configurar a ferramenta de forma inadequada (ex.: permitir coleta excessiva de dados, não definir claramente as bases legais) ou por não capacitar</p> | <p>Da Contratada (Risco Técnico):</p> <ul style="list-style-type: none"> Exigência na especificação técnica de que o <i>software</i> MDM seja aderente à LGPD e possua certificações de segurança reconhecidas. Obrigação contratual de a Contratada fornecer todos os recursos técnicos para a configuração de políticas de privacidade pela SEE, comprovando a capacidade da ferramenta. Exigência de que a Contratada apresente, no ato da contratação, declaração formal de que a arquitetura da solução e o tratamento de dados por ela realizados estão em conformidade com a LGPD, especialmente com os arts. 7º, inciso III, e 14. Obrigação de a Contratada notificar a Administração imediatamente sobre qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais, conforme art. 48 da LGPD. <p>Da Administração (Risco de Governança):</p> <ul style="list-style-type: none"> Designação formal de encarregado (DPO) e equipe para gestão da plataforma. Elaboração e publicação de uma política de uso dos tablets, com clara definição das bases legais para o tratamento de dados (execução da política pública educacional - art. 7º, III, da LGPD). Realização de capacitação com gestores escolares e professores sobre o uso ético e seguro da ferramenta e a proteção de dados dos alunos. | <p>Risco técnico da Contratada (vício na solução): Em regra, não gera direito de reequilíbrio; ao contrário, enseja aplicação de sanções contratuais (advertência, multa) por descumprimento das especificações técnicas e obrigações de conformidade legal, além de responsabilização civil por perdas e danos.</p> <p>Risco de governança da Administração (má configuração): Pode gerar custos adicionais com adequação, treinamento ou revisão de políticas, mas são custos ordinários da gestão, não ensejando reequilíbrio em favor da Contratada.</p> <p>Risco Extraordinário Compartilhado: Caso uma mudança superveniente na legislação (ex.: nova interpretação do art. 14) exija alterações estruturais no <i>software</i> MDM que não estavam previstas na solução original, isso poderá ser tratado como fato superveniente imprevisível, passível de análise de reequilíbrio nos termos do art. 124 da Lei 14.133/2021.</p> |

| | | seus agentes. Responsável | | Efeito na |
|---------|---|---|---|---|
| 37.4. | Evento de risco | (Administração / Contratada / Compartilhada) | Medidas de mitigação / controles previstos | possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro |
| 37.4.1. | O gestor e o fiscal de contrato deverão revisar, sempre que necessário, o Mapa de Riscos e a Matriz de Riscos da contratação, especialmente diante da ocorrência de fatos supervenientes relevantes que impactem a probabilidade ou o impacto dos eventos de risco originalmente identificados. | | | |

37.4.2. As atualizações do Mapa de Riscos e da Matriz de Riscos deverão ser formalmente registradas no processo SEI da contratação, com a devida justificativa técnica, em observância à Instrução Normativa CGE nº 001/2024.

37.5. **Dos riscos extraordinários e reequilíbrio econômico-financeiro**

37.5.1. Os riscos classificados como extraordinários ou decorrentes de caso fortuito ou força maior, assim identificados na Matriz de Riscos desta contratação, poderão ensejar pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

37.5.2. O reequilíbrio econômico-financeiro será limitado ao estritamente necessário para recompor a equação contratual originalmente pactuada, mediante comprovação objetiva do nexo entre o evento superveniente e o desequilíbrio alegado.

37.6. **Demais considerações sobre o Mapa e da Matriz de Riscos:**

37.6.1. A responsabilidade da Contratada abrange o gerenciamento integral dos riscos operacionais, logísticos e técnicos inerentes ao seu *core business*, incluindo o descarregamento e conferência física dos itens na sede da SEE/AC.

37.6.2. A Matriz de Riscos desta contratação, anexa a este Termo de Referência, consolida em quadro único os principais eventos de risco, a parte responsável (Administração, Contratada ou Compartilhada), as medidas de mitigação e o efeito de cada risco na possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em observância à Instrução Normativa CGE nº 001/2024.

37.6.3. Os riscos ordinários alocados exclusivamente à Administração ou à Contratada não ensejam, em regra, direito a reequilíbrio econômico-financeiro, por representarem ônus típico da parte que os assumiu.

37.6.4. Os riscos extraordinários com potencial impacto relevante no equilíbrio econômico-financeiro, tais como variações cambiais excepcionais, caso fortuito, força maior e fatos do príncipe, são expressamente indicados na Matriz como “Compartilhados”, hipótese em que eventual pedido de reequilíbrio observará o art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

37.6.5. Os riscos de natureza extraordinária (Variação Cambial e Força Maior) serão analisados sob a égide do equilíbrio econômico-financeiro, exigindo-se da parte solicitante a comprovação inequívoca do impacto e da imprevisibilidade do fato superveniente.

38. **DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA (LEI 123/2006)**

38.1. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas para ME/EPP, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento na exceção prevista no art. 49, inciso III do mesmo dispositivo legal.

39. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO COM ESPECIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA TRANSIÇÃO CONTRATUAL (LEI Nº 14.133/2021, ART. 94, INCISO XIX)**

39.1. Não é o caso da contratação em questão, dessa forma não é aplicável a exigência deste item.

40. **DA AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE INSERIR OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA (LEI Nº 14.133/2021, ART. 94, INCISO XXX)**

40.1. Em observância ao princípio da responsabilidade compartilhada e ao desenvolvimento nacional sustentável, a Contratada deverá implementar o Plano de Logística Reversa para os resíduos eletroeletrônicos (REEE) gerados no âmbito desta contratação.

40.2. A obrigação da Contratada incidirá sobre os equipamentos avariados, inservíveis e fora de garantia que forem recolhidos pela SEE/AC para desfazimento patrimonial.

40.3. Para a execução deste item, a licitante vencedora deverá:

40.3.1. I - Apresentar, no ato da contratação, um Plano de Logística Reversa detalhando o fluxo de recebimento, transporte e destinação final. Que deverá ser entregue em até 30 dias após assinatura da ARP. O descumprimento sujeitará a Contratada à multa de 5% sobre o valor do lote afetado, cumulativa com as sanções gerais.. Ficará a cargo da SEE/AC a triagem e o armazenamento inicial dos equipamentos inservíveis em seu depósito central (Divisão de Patrimônio). A CONTRATADA será responsável pela coleta periódica desses materiais no referido depósito, pelo transporte e pela destinação final ambientalmente adequada, arcando com todos os custos decorrentes;

40.3.2. II - Emitir certificados de destinação final adequada para cada lote de equipamentos recolhidos, comprovando o cumprimento das normas ambientais vigentes e diretrizes do INMETRO;

40.3.3. III - Assegurar que os equipamentos possuam a certificação RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*), garantindo a ausência de substâncias perigosas que dificultem a reciclagem.

41. **DA JUSTIFICATIVA DE NÃO PUBLICAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (LEI Nº 14.133/2021, ART. 86)**

41.1. O presente processo tem por objeto a aquisição de tablets educacionais destinados aos alunos e professores das

escolas públicas estaduais, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Acre (SEE/AC).

41.2. Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Intenção de Registro de Preços (IRP) visa permitir a participação de outros órgãos em atas de registro de preços. No entanto, com base no § 1º do referido artigo, justifica-se a não realização da IRP pelos seguintes motivos técnicos e administrativos:

41.2.1. Especificidade Técnica Pedagógica: Diferente de tablets de uso administrativo comum, os equipamentos aqui descritos possuem especificações voltadas exclusivamente ao ambiente escolar (ex: robustez, softwares educacionais pré-instalados e sistema de gerenciamento MDM pedagógico). A inclusão de outros órgãos com necessidades distintas (Saúde, Segurança, etc.) poderia descaracterizar o objeto técnico ou gerar exigências que tornariam o certame excessivamente complexo e restritivo.

41.2.2. Planejamento e Celeridade Processual: O cronograma de implementação tecnológica da SEE/AC está vinculado ao calendário letivo e ao cumprimento de metas de políticas públicas educacionais. A abertura de IRP, neste momento, acarretaria dilação de prazos para análise de demandas de terceiros, o que colocaria em risco a entrega dos equipamentos para o exercício vigente, ferindo o princípio da eficiência.

41.2.3. Exclusividade da Demanda: A volumetria e a logística de distribuição foram dimensionadas estritamente para as 22 representações municipais da SEE/AC, visando o atendimento capilarizado da rede estadual de ensino.

41.3. Assim, considerando que a demanda é específica, imediata e de relevante impacto social na educação, a não publicação do IRP encontra-se devidamente fundamentada, observando os princípios da economicidade e do planejamento estratégico desta Secretaria.

42. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

42.1. A licitação utilizará o seguinte critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM;

42.2. No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes à execução do objeto deste Termo;

42.3. O material estará sujeito à aceitação pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, na qual caberá o direito de recusar, caso o material não esteja de acordo com o especificado;

42.4. O quantitativo a ser entregue deverá estar em conformidade com a Ordem de Fornecimento a ser emitida pelo Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação desta Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC);

42.5. Se houver reincidência quanto às reclamações e devoluções dos materiais com defeitos, serão adotadas as medidas punitivas cabíveis.

43. DA FUNDAMENTAL LEGAL

43.1. A contratação prevista neste termo tem o seguinte amparo legal:

43.1.1. Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021;

43.1.2. Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023;

43.1.3. IN 01/2024 da Controladoria Geral do Estado do Acre.

44. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Erick Reimar Soares Souza

Matrícula 9437746-1

Integrante Técnico

Fábio Santos Moreira

Matrícula 9111581-5

Integrante Técnico

José Carlos Batista de Souza Neto

Chefe do Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI.

Matrícula nº 9442910-1

Portaria SEE nº 1995/2025



Documento assinado eletronicamente por **ERICK REIMAR SOARES SOUZA, Apoio Administrativo**, em 28/04/2026, às 10:20, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS BATISTA DE SOUZA NETO, Chefe de Departamento**, em 28/04/2026, às 10:52, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SANTOS MOREIRA, Especialista Executivo: Analista de Sistemas**, em 28/04/2026, às 11:13, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020481365** e o código CRC **1658DAAD**.

Referência: Processo nº 0014.004769.00305/2025-15

SEI nº 0020481365

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0014.004769.00305/2025-15

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__

PROCESSO Nº ____/20__

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ – CPL ____

VALIDADE: 01 (UM) ANO, A CONTAR DA SUA ASSINATURA

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e ____, na Secretaria de Estado de ____, inscrita no CNPJ (MF), sob o número ____/____-__, com sede na ____, nº ____ – Bairro ____, CEP: ____-__, neste município ____, por seus representantes legais, nos termos do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ____ PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ - CPL ____**, do processo nº ____/20__ e a respectiva Homologação pelo Secretário ____, **RESOLVE**, registrar os preços para a Aquisição de ____, de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, tendo sido referidos preços oferecido pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar no certame.

1. DO OBJETO

Registro de Preços para a Aquisição de Tablets Educacionais para atender as necessidades atuais e futuras da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC).

, solicitado através do OF. Nº ____ de ____/____/20__, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital.

2. DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS SERVIÇOS

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/ítem, signatárias da presente Ata de Registro de Preços consta do **“Encarte I”**, que constituem anexo a presente Ata de Registro de Preços.

3. DA VALIDADE DOS PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (12) meses contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, observado o que dispõe o artigo 325 do Decreto Estadual nº 11.363/23, previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GESTOR não estará obrigado a contratar o objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao PRESTADOR DE SERVIÇOS, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de serviços em igualdade de condições.

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o PRESTADOR DE SERVIÇOS assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa ou Autorização de Serviço, a qual deverá ser assinada e retirada pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação do ÓRGÃO GESTOR.

Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Serviço, estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços.

4. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas na ocorrência de situação prevista alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou de redução dos

preços praticados no mercado.

O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GESTOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As condições de fornecimento deverão ocorrer de acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência, Anexo I do Edital.

7. DO PAGAMENTO

O pagamento deverá ser efetuado nos prazos e condições indicados no Termo de Referência do Edital.

8. DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

A empresa prestadora dos serviços obriga-se a cumprir o estabelecido no Termo de Referência do Edital.

9. DA OBRIGAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

São obrigações da Contratante as estabelecidas no Edital e seus anexos.

10. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do certame licitatório que originou a presente ata, a Administração do Órgão indicado no item 1.1 do Edital, garantida a prévia defesa, aplicará às prestadoras de serviços as sanções previstas no Edital.

12. DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderão utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Gestor da Ata e do ÓRGÃO GESTOR, desde que:

- a) Devidamente comprovada a vantagem através de pesquisa de mercado;
- b) A ata esteja vigente;
- c) Haja prestadores de serviços registrados;

O órgão ou entidade que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao ÓRGÃO GESTOR, para que esta indique os possíveis prestadores de serviços e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao PRESTADOR DE SERVIÇOS beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que a prestação de serviços não prejudique as obrigações assumidas com o ÓRGÃO GESTOR.

As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere ao § 2º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e inciso I do Decreto nº 11.363/2023, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

A soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O PRESTADOR DE SERVIÇOS terá seu registro cancelado quando:

- a) - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) - Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de prestação de serviços no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GESTOR, sem justificativa aceitável;
- c) - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) - Tiver presentes razões de interesse público.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GESTOR.

O PRESTADOR DE SERVIÇOS poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

14. DA PUBLICIDADE

O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, conforme o disposto no art. 105, alínea “c” do inciso II, da Lei nº 11.363/23.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ CPL __, anexos e as propostas das empresas classificadas em 1º, lugar no certame supra citado.

Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio Branco/AC, ____ de ____ de 20__.

XXXXXXXXX
ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXXXX
PRESTADOR DE SERVIÇOS

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
CPF (MF) Nº _____ CPF (MF) Nº _____

PRESTADOR DE SERVIÇOS/PREÇOS REGISTRADOS POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº __/20__ – CPL __

1. **Empresa:** _____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº ____/____, com sede na _____, nº __ – __, ____/AC, CEP: ____-____, aqui representada por seu procurador _____, brasileiro, solteiro, representante comercial, portador da cédula de identidade (RG) nº ____/SSP-____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, nº __ – Bairro _____, _____/AC.

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS | UNID. | QUANT. P/ REGISTRO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--------------------------|-------------------------|-------|--------------------|----------------|-------------|
| -- | ---- | --- | | --- | |
| VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO | | | | | |

XXXXXXXXXXXXXX
ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXXXXXXXXX
PRESTADOR DE SERVIÇOS

Elaborado por:
Cleideane Zilda de Macedo
Técnica em Licitação

Revisado por:
Júlio César Nogueira da Silva
Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DICL
Portaria/SEE nº 2289/2025



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 31/03/2026, às 10:39, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020123609** e o código CRC **1268E7A4**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 69/2026/SEE - DICL

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2026

AQUISIÇÃO DE TABLETS EDUCACIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEE/AC).

O _____, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº _____, através da _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____ – bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº. _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, conforme autorização expressa no Decreto nº _____, de ____ de _____ de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº. _____, pág. ____ de ____ de 2021, e de outro lado a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado _____, nº _____, bairro _____, município de _____, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do _____, do tipo menor preço constante do Processo nº. _____, sob a forma de execução indireta, nos termos do Decreto nº. 11.363/2023, aplicando-se a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Tablets Educacionais para atender as necessidades atuais e futuras da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC).

1.1. O objeto deste Termo consiste na contratação das seguintes aquisições:

| ITEM | PRODUTOS | MARCA | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|-------------|----------|-------|---------|------------|----------------------|-------------------|
| - | - | | - | - | - | - |
| VALOR TOTAL | | | | | | - |

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor global do presente Contrato é de _____ (_____)

2.2. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão no exercício de _____, por meio da seguinte classificação orçamentária:

2.3. Programa de Trabalho: xxxxxxxxx; Elemento de Despesa: xxxxxxxx Fonte: xxxxxxxx

2.3.1. **SUBCLÁUSULA ÚNICA** - A despesa do exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício.

3. CLÁUSULA TERCEIRA- DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO:

3.1. A entrega dos (equipamentos) acompanhado dos acessórios e equipamentos será na Divisão de Patrimônio da CONTRATANTE, localizada na Estrada da Floresta km 03, nº 1.296, Bairro Floresta, nos horários: 07h30 às 14h30min, no município de Rio Branco/AC;

- 3.2. Os materiais serão recebidos por servidor designado para fim, da seguinte forma:
- 3.2.1. **Provisoriamente:** no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações;
- 3.2.2. **Definitivamente:** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório e após a verificação da qualidade, quantidade e sua aceitação, mediante atesto da Nota Fiscal;
- 3.2.3. O recebimento definitivo incluirá teste amostral (1% do lote) de integração com a plataforma MDM da SEE/AC e Google Zero Touch Enrollment, além de verificação de conformidade LGPD (art. 14), com emissão de relatório técnico pelo DETEI. Eventual não conformidade implicará substituição integral do lote às expensas da Contratada, sem prejuízo de sanções.
- 3.3. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos serviços/equipamentos com as especificações técnicas exigidas no Edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, o Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado;
- 3.4. Nos casos de substituição do equipamento, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO;
- 3.5. O aceite/aprovação do produto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de qualidade, quantidade ou disparidades com as especificações estabelecidas, inclusive por vícios ocultos, verificados posteriormente, nos termos do art. 44 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 441 a 446 do Código Civil, garantindo-se à CONTRATANTE o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, e aplicar as sanções previstas no Decreto Estadual nº 11.363/2023;
- 3.6. Os produtos deverão ser embalados adequadamente, para que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA:**

- 4.1. Os produtos contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, conforme especificações contida na Ordem de Fornecimento expedida pelo Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI;
- 4.2. Fica explícito que o descarregamento e a conferência (contagem física e teste amostral) são de responsabilidade da contratada, conforme discutido na matriz de riscos.
- 4.2.1. Será realizado um teste amostral em 10% dos equipamentos de cada lote entregue, verificando-se as especificações técnicas, funcionamento básico, conectividade e integração com o MDM. Se mais de 5% da amostra apresentar falhas, o lote inteiro poderá ser recusado para substituição.
- 4.3. A alteração do prazo de entrega somente será admitida em caráter excepcional, nos casos de superveniência de fatos que retardem ou impeçam a execução, conforme previsto no Art. 137, § 2º, I, II e III da Lei nº 14.133/2021 (e Art. 136, IV, quando aplicável).
- 4.4. O pedido de prorrogação de prazo deverá ser formalmente apresentado pela Contratada antes do término do prazo original, devidamente instruído com prova documental das causas que o justificam e com o cronograma atualizado de entrega, sendo a decisão de competência da Autoridade Superior, mediante parecer favorável do Fiscal e do Gestor do Contrato. As prorrogações serão concedidas pelo tempo estritamente necessário para restabelecer a condição de execução.

5. **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO E VIGÊNCIA**

- 5.1. Considerando tratar-se de uma Ata de Registro de Preços, a assinatura do contrato deverá ocorrer tão logo haja disponibilidade orçamentária, desde que o processo licitatório tenha sido previamente adjudicado e homologado, conforme os preceitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021.
- 5.2. Os contratos oriundos deste Termo de Referência terão vigência limitada ao período necessário para a entrega integral do objeto, observado o prazo máximo de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, não sendo admitida prorrogação, por se tratar de contratação de fornecimento de bens com entrega certa, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, ainda que vinculada às metas do Plano Plurianual.
- 5.3. O licitante vencedor será regularmente convocado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 5.4. O prazo de vigência do Contrato será fixado a partir da data da sua assinatura;
- 5.5. É vedado o Contrato com prazo de vigência indeterminado;
- 5.6. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência;
- 5.7. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência;
- 5.8. A eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato.
- 5.9. A eficácia legal do Contrato estará condicionada:
- 5.10. A publicação do seu respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Acre;

5.11. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; e 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

6. CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

6.1. Da Vigência

6.2. A futura contratação terá sua vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado;

6.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência;

6.4. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência;

6.5. A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização;

6.6. Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato.

6.7. Da Eficácia

6.8. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre;

6.9. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura

7. CLÁUSULA SÉTIMA -- DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos produtos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante;

7.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso;

7.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNPJ n.º 04.033.254/0001-67**

7.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento;

7.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = (NxVPxI)/365, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

7.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco - AC, 69.911-018, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato;

7.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

7.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto

no Contrato;

7.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções;

7.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

8. CLÁUSULA OITAVA - PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO OU JUSTIFICATIVA PARA SUA VEDAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto a ser contratado.

8.2. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/etapa/aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação.

8.3. Nos termos do Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento bem como as características elencadas no ETP e Termo de Referência deste processo, em que não estão presentes características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para que os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço.

8.4. Conclui-se que as empresas possuem as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente o objeto a ser contratado. Portanto, o objeto deste processo não tem complexidade ou características de execução que justifica admitir a subcontratação.

8.5. Por estes motivos, fica vedada a subcontratação do objeto.

9. CLÁUSULA NONA - REAJUSTE DE PREÇOS

9.0.1. Em conformidade com o art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser reajustado anualmente, com o primeiro reajuste ocorrendo após o interregno de 12 meses a partir da data de definição do preço de referência da licitação.

9.0.2. O índice de reajuste aplicável será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo.

9.0.3. Os preços contratuais serão reajustados anualmente pela variação do índice IPCA/IBGE, a contar da data do orçamento estimado (data da última cotação da pesquisa de preços que compõe o processo), conforme estabelecido no art. 25, § 7º, e art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

9.0.3.1. O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA, instruído com a memória de cálculo, sendo vedada a aplicação retroativa de índices antes da solicitação formal, ressalvada a data-base anual.

9.0.4. O valor do reajuste será limitado à variação do IPCA no período, e não poderá ultrapassar a variação do preço do mercado. O reajuste será calculado sobre os valores originais do contrato ou sobre o último valor reajustado, conforme o caso, garantindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.0.5. Para que o reajuste seja aplicado, a contratada deverá apresentar à administração pública:

9.0.5.1. A solicitação formal de reajuste, com a comprovação da variação do IPCA no período;

9.0.5.2. A planilha de composição de custos, atualizada com base no índice de reajuste do período;

9.0.5.3. Documentos comprobatórios que demonstrem o impacto da variação de preços sobre os custos do contrato, caso seja solicitado pela administração pública.

9.0.6. A Administração Pública terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis para analisar e decidir sobre a solicitação de reajuste, levando em consideração a evolução dos preços e os custos apresentados pela parte contratada. Caso a administração entenda que o reajuste é pertinente, um Termo Aditivo será celebrado, formalizando a alteração dos preços contratados.

9.0.7. O reajuste será devidamente registrado no sistema de controle financeiro da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC), e será aplicado somente após a aprovação formal pela administração, assegurando a transparência do processo e a manutenção da equidade contratual.

9.0.8. O reajuste será limitado ao índice de inflação e à realidade econômica vigente, com base em demonstração técnica da necessidade de ajuste e observando sempre a legalidade, transparência e os princípios da administração pública.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da Contratante, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

10.1.1. Efetuar o pagamento, das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor designado;

10.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

10.1.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato;

- 10.1.4. Notificar a CONTRATADA por qualquer irregularidade na execução do Contrato;
- 10.1.5. Designar um servidor, como seu representante, que irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;
- 10.1.6. Receber os objetos e testá-los imediatamente;
- 10.1.7. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracteriza a necessidade de tal medida;
- 10.1.8. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato;
- 10.1.9. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do Contrato, em registro próprio;
- 10.1.10. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega;
- 10.1.11. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
- 10.1.12. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da contratação, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.1.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 10.1.14. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 10.1.14.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - 10.1.14.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
 - 10.1.14.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
- 10.1.15. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa executar normalmente o contrato;
- 10.1.16. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.17. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- 10.1.18. Publicar os aditivos contratuais sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato;
- 10.1.19. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato;
- 10.1.20. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;
- 10.1.21. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, fazendo-as cumprir;
- 10.1.22. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do contrato;
- 10.1.23. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a entrega do objeto, necessários ao cumprimento do contrato;
- 10.1.24. Proceder ao recebimento, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos equipamentos fornecidos;
- 10.1.25. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.1.26. Recusar, com a devida justificativa, os materiais entregues fora das especificações constantes na proposta da Contratada;
- 10.1.27. Responder, por dano ou prejuízo que venha a ser causado à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa da Contratante;
- 10.1.28. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.29. Verificar a regularidade da Contratada, junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre - CADUF, antes de cada pagamento;
- 10.1.30. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.
- 10.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.3. A CONTRATANTE, por meio de servidor habilitado ou de pessoas previamente designadas, deverá efetuar a fiscalização permanente da execução do contrato, garantir que seja realizada a entrega em perfeitas condições, para que o material adquirido de forma adequada afim de alcançar os resultados esperados, conforme o disposto no instrumento contratual a ser elaborado de acordo com todas as diretrizes contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da Contratada, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

11.1.1. Entregar os materiais, observadas as especificações técnicas e condições comerciais declinadas neste termo;

11.1.2. Executar o objeto deste termo de referência que através de mão de obra qualificada, de modo a garantir o uso normal e perfeito funcionamento dos bens;

11.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.3.1. A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

11.1.4. Apresentar, durante toda a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

11.1.5. Apresentar a tempo e modo, assim que solicitada pela CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do Contrato na forma da Lei Civil, por todo e qualquer dano imposto à CONTRATANTE, ou a terceiros, em decorrência da prestação dos serviços contratados;

11.1.6. Apresentar, sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA os certificados e garantias dos materiais adquiridos;

11.1.7. Comunicar a CONTRATANTE qualquer alteração em seu contrato social ou modificação da sua finalidade ou da sua estrutura no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do arquivamento dos documentos no Cartório de Registro específico;

11.1.8. Atender imediatamente as determinações do representante da CONTRATANTE com vista a corrigir defeitos observados na execução do Contrato;

11.1.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do Contrato, especialmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a prestação de serviços, isentando a CONTRATANTE de eventual não observância das prescrições legais pertinentes;

11.1.10. Exigir que seus técnicos ou empregados apresentem-se nas dependências da CONTRATANTE devidamente uniformizados, identificando-os com crachá e fotografia recente;

11.1.11. Retirar dos serviços, imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação da CONTRATANTE, qualquer empregado, operário ou técnico seu que, a critério da CONTRATANTE, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;

11.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

11.1.13. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, assumindo ainda as responsabilidades civil e penal, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades;

11.1.14. Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pela CONTRATANTE nos parâmetros estabelecidos na Lei 14.133/2021 e legislação correlata;

11.1.15. Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da CONTRATANTE portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato;

11.1.16. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;

11.1.17. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;

11.1.18. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

11.1.19. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

11.1.20. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);

11.1.21. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da CONTRATANTE. Caso os valores devidos não restarem pagos ou depositados, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente;

11.1.22. Relatar à fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante

a execução dos serviços e a entrega dos bens, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio da CONTRATANTE;

11.1.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.24. Responsabilizar-se pela garantia do Objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

11.1.25. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

11.1.26. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos.

11.2. A CONTRATADA, no ato do pagamento tem que estar em dias com todas as obrigações legais e apresentar todas as certidões que comprovem tal regularidade;

11.3. A CONTRATADA deverá comunicar à SEE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a existência de problemas para execução dos serviços relacionados a garantia;

11.4. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos bens conforme as necessidades da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE;

11.5. Cabe ainda à CONTRATADA a reposição imediata, quando da ocorrência de quaisquer distúrbios ou anormalidades que impeçam o bom desempenho e perfeito funcionamento dos materiais, responsabilizando-se ainda se for o caso pelo acionamento do fabricante para ressarcimento e/ou indenização eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus a este título;

11.6. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades acessórias assumidas pela CONTRATADA em decorrência da execução do Contrato ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

12.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das;

12.6. Obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- PREPOSTO

13.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços (entrega de materiais), indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

13.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCAL DO CONTRATO

14.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

14.1.1. Conhecer do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

14.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos materiais entregues;

14.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

14.1.4. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens ou materiais de consumo, verificando sua quantidade e qualidade;

14.1.5. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

14.1.6. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;

14.1.7. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

- 14.1.8. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 14.1.9. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 14.1.10. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 14.1.11. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 14.1.12. Encaminhar as questões que ultrapassarem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 14.1.13. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 14.1.14. Se for contrato de serviços, indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 14.1.15. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 14.1.16. Realizar, juntamente com a contratada, a verificação dos serviços ou itens nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 14.1.17. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 14.1.18. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 14.1.19. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 14.1.20. Controlar o serviço executado, aprovando somente os efetivamente realizados;
- 14.1.21. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 14.1.22. Se for contrato de serviços, realizar a glosa dos serviços contratados quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 14.1.23. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GESTOR DO CONTRATO

- 15.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
 - 15.1.1. Conhecer o inteiro teor do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
 - 15.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
 - 15.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
 - 15.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
 - 15.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
 - 15.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
 - 15.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
 - 15.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
 - 15.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
 - 15.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
 - 15.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
 - 15.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
 - 15.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
 - 15.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em

que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

15.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

15.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

15.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;

15.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

15.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

15.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

15.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;

15.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Constituem sanções administrativas e demais, de acordo com o art. 155 da Lei 14.133.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações

administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

16.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, incluindo os pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. A parcela dos preços contratuais, somente será reajustada nos termos do disposto no art. 124, I, da lei nº 14.133/2021.

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato:

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#) não poderão transfigurar o objeto da contratação.

Art. 127. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#).

Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Art. 129. Nas alterações contratuais para supressão do fornecimento dos itens, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).

Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#);

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do [§ 5º do art. 46 desta Lei](#);

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas

- no contrato;
- III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV - empenho de dotações orçamentárias.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 18.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 18.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 18.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 18.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 18.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 18.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- 18.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigida, para fins de habilitação, a prestação de garantia adicional de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, cumulativamente com a garantia contratual prevista no item 27;
- 18.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 18.7. Em consonância com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 94, XVI, do Decreto Estadual N.º 11.363/2023 fica estabelecido a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.
- 18.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 19.1. A Licitante deve apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação. O atestado pode ser emitido em nome da matriz ou da filial.
- 19.2. A cópia autenticada do contrato ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado, poderá ser exigida em diligência da proposta melhor classificada.
- 19.3. Para o o equipamento Tablet Educacional, será aceito o atestado ou o somatório de atestados que comprovem o fornecimento de, no mínimo, 9.000 equipamentos, equivalente a 30% do total a ser licitado.
- 19.4. A exigência de comprovação de aptidão para a aquisição de bens, nos termos do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, visa assegurar que a empresa contratada detenha a experiência e a capacidade operacional necessárias para executar o objeto desta licitação com a qualidade, o volume e a logística requeridos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC).
- 19.5. O percentual de 30% é considerado o patamar razoável e prudente para atestar a capacidade da licitante. Este quantitativo mínimo é necessário para demonstrar que a empresa:
- 19.5.1. Possui cadeia de suprimentos e logística suficientemente robustas para mobilizar a aquisição, o transporte e a entrega de um volume significativo de equipamentos.
- 19.5.2. Detém experiência consolidada no mercado de fornecimento de tecnologia educacional em larga escala, minimizando os riscos de inexecução contratual, atrasos logísticos e falhas de qualidade no recebimento de um grande lote.
- 19.6. A fixação deste percentual de 30% equilibra a necessidade de assegurar a qualificação técnica com o dever de promover a ampla competitividade do certame, sendo um limite devidamente motivado e restrito ao estritamente essencial para a garantia da execução contratual.
- 19.7. Estará impedida de participar deste processo licitatório a pessoa que:
- a) Esteja com o direito de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação. **Exceto as empresas que estejam com plano de recuperação homologado ou decisão judicial;**
 - b) Esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Estadual;
 - c) Tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;
 - d) Tenha agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

e) Não contenha no seu **CONTRATO** ou estatuto social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste **PREGÃO**;

f) Seja empresa ou instituição vinculada ao Estado do Acre;

19.8. **Que esteja reunida em consórcio sob qualquer forma ou constituição:**

a) Constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União – CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis;

b) Que se constitua na forma de Cooperativa de prestação de serviços, considerando a necessidade de vinculação trabalhista nas atividades a serem prestadas, consoante PARECER JURÍDICO PGE/PA N.º 143/2018 e Súmula N.º 281 do Tribunal de Contas da União que dispõe o seguinte:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

19.9. A participação de empresas em consórcio é **VEDADA** neste certame, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. O objeto da licitação consiste na aquisição de tablets educacionais – bem de natureza comum, amplamente disponível no mercado e sem complexidade técnica que justifique a atuação consorciada. Ademais, a solução exige integração única e centralizada com plataforma de gerenciamento de dispositivos (MDM), garantia on-site centralizada com SLA definido, e responsabilidade técnica única para suporte e manutenção. A fragmentação via consórcio geraria riscos à eficiência da gestão, atualização remota de políticas de segurança, monitoramento operacional, atendimento à LGPD e fiscalização da garantia de 12 meses, prejudicando a padronização tecnológica e a execução contratual. A vedação se justifica ainda pela ampla competitividade do mercado (diversas marcas como Samsung, Positivo, Multilaser e outras podem participar individualmente) e pela necessidade de cadeia de responsabilidade jurídica e operacional única, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e segregação de riscos (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

19.10. A constituição de um consórcio para este tipo de contratação não traz ganhos técnicos, operacionais ou econômicos que justifiquem sua adoção, e pode resultar em complexidade administrativa desnecessária, aumento de custos indiretos e dificuldade na gestão do contrato.

19.11. Ademais, a exigência de garantia assistencial on-site com SLA rigoroso demanda uma cadeia de responsabilidade jurídica e operacional única, cuja fragmentação via consórcio colocaria em risco a eficiência do suporte técnico nas unidades escolares do interior do Estado. Ressalte-se que a administração responde solidariamente pelos atos do consórcio. Assim, o risco de pulverização da responsabilidade técnica e administrativa entre várias empresas dificulta a fiscalização e a execução da garantia on-site de 12 meses, que exige um canal único e centralizado de atendimento.

19.12. Portanto, para garantir o cumprimento dos princípios da eficiência, competitividade e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, fica vedada a participação de consórcios nesta licitação.

19.13.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

20.1. Constituem motivos para rescisão deste Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando O contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão das entregas nos prazos estipulados neste Contrato;
- d) o atraso injustificado no início da entrega;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução desde Contrato, assim como a de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de falhas na execução, anotadas na forma da lei 14.133/2021;
- g) razões de interesse público (Art. 104, I, da Lei nº 14.133/21);
- h) supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato, além do limite permitido;
- i) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;
- j) Descumprimento de alguma das hipótese previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

k) SUBCLÁUSULA ÚNICA - FORMAS DE RESCISÃO

20.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados em lei;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

21.1. Fica prevista a possibilidade de revisão dos preços registrados na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes, nos termos dos arts. 134, 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

21.2. A revisão dos preços registrados na Ata de Registro de Preços ou nos contratos dela decorrentes observará os seguintes mecanismos objetivos, nos termos dos arts. 124, inciso II, alínea “d”, 134, 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021:

21.3. I – O pedido de revisão deverá ser formalizado por escrito pela Contratada ou pela Administração, devidamente motivado e instruído com:

21.3.1. a) demonstração analítica da variação de custos (planilha de custos detalhada, comparando os custos originais da proposta com os novos custos);

21.3.2. b) comprovação documental da ocorrência do fato superveniente (notas fiscais de fornecedores, boletins de preços oficiais, cotações de mercado, variação cambial comprovada por fonte oficial, etc.);

21.3.3. c) indicação clara do impacto percentual no preço unitário.

21.4. II – A Administração analisará o pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa.

21.5. III – Para aceitação da revisão, deverá ser demonstrado que a variação é substancial, extraordinária e inviabiliza a execução nas condições originais, preservando o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízo à economicidade.

21.6. IV – A revisão será formalizada por **termo aditivo** à Ata ou ao contrato, com publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo transparência.

21.7. V – Caso a revisão não seja aceita, a Administração poderá cancelar o registro de preços correspondente, liberando o fornecedor do compromisso, sem aplicação de sanções, desde que não haja descumprimento anterior.

21.8. Parágrafo único. Todos os documentos comprobatórios ficarão disponíveis para consulta pela fiscalização, controle interno e órgãos de controle externo.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado, é condição indispensável para sua eficácia, bem como sua disponibilização em Portal Nacional de Compras será providenciada pela Contratante.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ANTICORRUPÇÃO

24.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

24.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

24.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

24.4. **Ouvidoria da SEE/AC**

Site: <https://see.ac.gov.br/ouvidoria/>

E-mail: ouvidoria@see.ac.gov.br

Telefone: (68) 3215-6009

Pessoalmente: na sede da SEE/AC na Rua Rio Grande do Sul, 1907 – Volta Seca, Rio Branco – Acre.

E-SIC: <http://esic.ac.gov.br/>

Horário: Segunda a quinta-feira, das 7h30 às 12h e das 14h às 17h30. Sexta-feira, das 7h às 14h.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

25.2. E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Rio Branco/AC, ____ de ____ de 20__.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela Contratante Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CPF (MF) Nº _____ CPF (MF) Nº _____

Elaborado por:
Cleideane Zilda de Macedo
Técnica em Licitação

Revisado por:
Júlio César Nogueira da Silva
Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DICL
Portaria/SEE nº 2289/2025



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 16/04/2026, às 12:40, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020387365** e o código CRC **4AC5039F**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 18 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.